

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE NUTRIÇÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM NUTRIÇÃO

JÉSSICA DE LIMA SPINELLIS DE CARVALHO

**O USO DE RECURSOS LÚDICOS COMO ESTRATÉGIA DE ESTÍMULO AO
CONSUMO DE FRUTAS E VERDURAS: UMA EXPERIÊNCIA COM ESCOLARES
EM JOÃO PESSOA-PB.**

JOÃO PESSOA

2018

JÉSSICA DE LIMA SPINELLIS DE CARVALHO

**O USO DE RECURSOS LÚDICOS COMO ESTRATÉGIA DE ESTÍMULO AO
CONSUMO DE FRUTAS E VERDURAS: UMA EXPERIÊNCIA COM ESCOLARES
EM JOÃO PESSOA-PB.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Nutrição, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito obrigatório para obtenção do título de Bacharel em Nutrição.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Ana Claudia Cavalcanti Peixoto de Vasconcelos.

JOÃO PESSOA

2018

C331u Carvalho, Jéssica de Lima Spinellis de.

O Uso de recursos lúdicos como estratégia de estímulo ao consumo de frutas e verduras : uma experiência com escolares em João Pessoa-PB / Jéssica de Lima Spinellis de Carvalho. -- João Pessoa, 2018.

70f. : il. -

Orientadora : Ana Claudia Cavalcanti Peixoto de Vasconcelos.
Monografia (Graduação) – UFPB/CCS.

1. Educação Alimentar e Nutricional. 2. Ludicidade. 3. Relato de Experiência.
4. Nutrição Escolar.

BS/CCS/UFPB

CDU: 613.2.03(043.2)

JÉSSICA DE LIMA SPINELLIS DE CARVALHO

**O USO DE RECURSOS LÚDICOS COMO ESTRATÉGIA DE ESTÍMULO AO
CONSUMO DE FRUTAS E VERDURAS: UMA EXPERIÊNCIA COM ESCOLARES
EM JOÃO PESSOA-PB.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de Nutrição, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito obrigatório para obtenção do título de Bacharel em Nutrição.

APROVADO EM: ____ / ____ / 2018

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Ana Claudia Cavalcanti Peixoto de Vasconcelos.

Orientadora titular

(UFPB/Centro de Ciências da Saúde/Departamento de Nutrição)

Nutricionista Msc. Daniela Gomes de Brito Carneiro

Membro externo – Titular

(Coordenadora do Apoio Institucional da Secretaria de Estado da Saúde da Paraíba/
Coordenadora da Residência Multiprofissional em Saúde Coletiva da SES-PB)

Nutricionista Msc. Erika Martins Paiva Brito de Melo

Membro interno – Titular

(UFPB/ Centro de Educação/Escola de Educação Básica - EEBAS)

JOÃO PESSOA
2018

À minha família, pais e irmãos, que sempre me apoiaram e sempre se fizeram presente durante toda a minha caminhada e que me inspira a buscar os meus sonhos,

Dedico.

AGRADECIMENTOS

Começo agradecendo a Deus. Guia dos meus passos, é pra Ele e por Ele que vivo. Tenho minha fé como fonte de alimento espiritual, e combustível para todos os âmbitos da minha vida. Sendo assim, acredito que tudo acontece por providência e não coincidência. Obrigada Deus por ter me permitido trilhar este caminho!

A meus pais que são meus mestres, minha inspiração, minha bateria recarregável. Agradeço todo esforço, abdicção, doação, e amor destinado a mim, e de maneira mais intensa ao longo desses quatro anos de curso. Saibam que sempre será por vocês que eu busco ser uma pessoa melhor, me torno forte e tenho coragem para permear novos caminhos e resistir aos obstáculos que possam vir.

A meus irmãos, agradeço por compreenderem e colaborarem com minhas noites em claro estudando, seja me ajudando a acordar no dia seguinte, ou tentando fazer o máximo de silêncio para que eu conseguisse estudar. Aos meus familiares, agradeço por compreenderem minha ausência nos encontros de família, em especial nessa reta final, e por ainda assim me apoiarem.

Ao meu namorado, agradeço por sua compreensão em entender que eu precisava priorizar o curso em alguns momentos. Agradeço ao seu companheirismo, e incentivo em me motivar a ser cada vez melhor, e me estimular cada vez mais a acreditar no meu potencial.

Agradeço a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) por ter me dado tantos presentes e tanto ter me ensinado. Entrei na UFPB, com receio daquele ambiente novo. Mas Deus foi tão generoso comigo que foi me abençoando ao longo da caminhada. Primeiro, Ele viu que eu precisaria de mãos para caminhar comigo, pois quando temos alguém pra partilhar a alegria e o cansaço, é melhor, alivia e não sobrecarrega. Então eu recebi Bruna, Kely e Gy, formamos nosso Quarteto. O que a princípio seria um grupo de trabalho, tornou-se uma sólida amizade. Amizade essa que foi construída a base de poucas horas de sono, de companheirismo, compreensão, algumas divergências de opinião, mas bastante respeito, TPM e café. Elas foram essenciais ao longo dessa graduação.

E como Deus é bom o tempo todo, o tempo todo Deus é bom, no 2º semestre da graduação me apresentou o Projeto de Extensão – Práticas Integrals de Promoção da Saúde e Nutrição na atenção Básica (PINAB). Esse foi meu segundo presente da UFPB, e que presente! O PINAB me apresentou uma universidade extramuros, uma capacidade de olhar os seres humanos na sua essência, na sua integralidade, e me ensinou que eu poderia ser assim se

tivesse relações de horizontalidade. Pois dessa forma, iria enxergar o outro com mais sensibilidade e sem nenhuma superioridade, de maneira que através do nosso diálogo iríamos compartilhar saberes. Gratidão ao PINAB, por todas as mudanças que me causou e tudo que me ensinou. Esses ensinamentos são as bases da Educação Popular (EP) que é quem direciona o PINAB e tem muito a ensinar. E essa EP tem de ser espalhada pelos universitários, independente do curso. Não poderia deixar de agradecer aos coordenadores do PINAB, vocês foram peças chaves em todo esse conhecimento e foi uma honra conviver e compartilhar experiências com vocês. Gratidão.

Querida Ana Claudia (Claud), de maneira alguma não te agradeceria por tanto saber compartilhado, tanta disponibilidade e tanta generosidade. Você foi meu terceiro presente da universidade, te conheci primeiro no PINAB e posteriormente na graduação tive o prazer de ser sua aluna. E logo pensei em tê-la como orientadora. Faltam-me as palavras pra agradecer a parceria que formamos. A sua compreensão, organização e inteligência me inspiram. Muito mais que uma professora ímpar, você é um ser humano incrível. Agradeço por ter aceitado embarcar nessa comigo, por me fazer se apaixonar pela Educação Alimentar e Nutricional (EAN), e me direcionar em vários momentos, inclusive neste trabalho. Foi muito prazeroso e gratificante construir e trocar saberes com você.

A Escola Internacional Cidade Viva (EICV), local onde realizei o estágio que deu fruto a este trabalho. Muito obrigado pelo acolhimento, seus princípios e ensinamentos. Agradeço a todos que fazem parte da equipe EICV, pois de alguma forma me trouxeram algum ensinamento. Mas agradeço de modo especial a minha equipe de Nutrição, foi com eles que convivi angústias, tensões, mas principalmente momentos de muita alegria, várias risadas e ensinamento. Foi com vocês que reafirmei meu amor pela nutrição infantil. Obrigada equipe EICV por transbordar o amor e ser instrumento de Deus. Vocês ficaram registrados em minha memória.

“A perfeição consiste em fazer a vontade de Deus, em ser o que Ele quer que sejamos”.

(Santa Terezinha do Menino Jesus)

RESUMO

CARVALHO, J. L. S. O uso de recursos lúdicos como estratégia de estímulo ao consumo de frutas e verduras: uma experiência com escolares em João Pessoa-PB. 2017. **Trabalho de Conclusão de Curso**. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018.

A Educação Alimentar e Nutricional (EAN), é uma ferramenta para combater os problemas associados à alimentação, além de contribuir para a melhoria das práticas alimentares inadequadas. Nesse contexto, a ludicidade se insere como um potente recurso pedagógico, na medida que enfatiza a alegria, a criatividade e a curiosidade. No âmbito da população infantil, tais aspectos tornam-se de grande valia, contribuindo para estimular a concentração e a imaginação das crianças. Este estudo objetiva sistematizar a experiência com atividades lúdicas voltadas à EAN no espaço de uma escola da rede privada de João Pessoa – PB. Trata-se de um relato de experiência com abordagem qualitativa, realizado no ano de 2017. As atividades ocorreram nas turmas do Infantil II e III dos turnos matutino e vespertino. Os resultados reafirmam a importância do lúdico como fortalecedor do processo educativo infantil, tendo em vista que favorece o prazer, diversão e encantamento no aprendizado, evidenciando a potência desse recurso no cenário das abordagens educativas em alimentação e nutrição.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Alimentar e Nutricional; Ludicidade; Relato de Experiência; Nutrição Escolar.

ABSTRACT

Food and Nutrition Education is a tool against problems associated with food as well as improving eating habits. In this context, ludicity is a powerful pedagogical approach, as emphasizes joy, creativity and curiosity. In children, these aspects are important to stimulate children's concentration and imagination. This study aims to systematize the experience of a Nutrition internship in a private school in the city of João Pessoa - PB. This experiment report a qualitative approach, carried out in 2017. The groups used to carry out the activities were children from primary school during the morning and afternoon shifts. The results reaffirm the importance of ludic to improve the child education process, given that makes it easy pleasure, fun and enchantment in learning, showing the power of this resource in the scenario of educational approaches in food and nutrition.

KEYWORDS: Food and Nutrition Education; Ludicity; Experience Report; School Nutrition.

LISTA DE ABREVIATURAS

CAE – Conselho de Alimentação Escolar

CME – Campanha de Merenda Escolar

DCNT – Doenças Crônicas não Transmissíveis

DHAA – Direito Humano À Alimentação Adequada

EAN – Educação Alimentar e Nutricional

EICV – Escola Internacional Cidade Viva

EP – Educação Popular

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira

PINAB – Práticas Integrals de Promoção da Saúde e Nutrição na atenção Básica

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PPP – Projeto Político Pedagógico

PSE – Programa Saúde na Escola

SAN – Segurança Alimentar e Nutricional

UAN – Unidade de Alimentação e Nutrição

LISTA DE SIGLAS

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

UNESCO - United Nations, Educacional, Scientific and Cultural

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Descrição das datas, dos temas, objetivos e público, nas atividades lúdicas trabalhados nos encontros de educação alimentar e nutricionais.....	42
--	----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 OBJETIVOS	17
2.1 OBJETIVO GERAL.....	17
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	17
3 REFERENCIAL TEÓRICO	18
3.1 A PROMOÇÃO DE PRÁTICAS ALIMENTARES ADEQUADAS E SAUDÁVEIS NO ESPAÇO ESCOLAR: ANTECEDENTES E PERSPECTIVAS	18
3.2 PROCESSOS EDUCATIVOS EM ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO NO ESPAÇO ESCOLAR: POTENCIALIDADES E DESAFIOS.....	21
3.2.1 A educação alimentar e nutricional no Projeto Político Pedagógico: uma inserção possível e necessária	25
3.2.2 A dimensão da ludicidade nas práticas educativas em alimentação e nutrição: diversificando as abordagens pedagógicas com os escolares	27
3.2.3 O nutricionista e as ações de EAN no contexto escolar	30
4 METODOLOGIA	33
4.1 CENÁRIO DO ESTUDO	34
4.1.1 Escola Internacional Cidade Viva: aspectos ligados à alimentação e nutrição	34
4.2 PROCEDIMENTOS E TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS	35
4.2.1 Aproximação com o cenário do estudo	35
4.2.2 Observação participante	36
4.2.3 Consulta documental	38
4.3 ANÁLISE DOS DADOS	38
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	39
5.1 ASPECTOS RELACIONADOS À IMPLEMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES	39
5.1.1 Sujeitos envolvidos	39
5.1.1.1 Equipe	39
5.1.1.2 As crianças	39
5.1.2 Local de realização das atividades	39
5.1.3 Planejamento	40
5.1.4 Temáticas abordadas	40

5.1.5 A valorização dos recursos lúdicos	42
5.1.6 Potencialidades e desafios	45
5.1.6.1 Potencialidades	45
5.1.6.2 Desafios	48
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
REFERÊNCIAS.....	50
APÊNDICES	58

1 INTRODUÇÃO

A Educação Alimentar e Nutricional (EAN) merece destaque nas políticas públicas de alimentação e nutrição por ser uma estratégia de promoção da saúde e Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) (BRASIL, 2012). Enfatizada como uma ferramenta para a prevenção e controle dos problemas relacionados à alimentação, a EAN é indispensável no combate aos distúrbios nutricionais e Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) (BOOG, 2011).

Estudos demonstram que as ações de EAN na escola propiciam redução dos índices de excesso de peso e obesidade em crianças e adolescentes, tendendo a promover também uma atitude crítica, autônoma e consciente sobre o poder de escolhas dos alimentos. A escola como campo de atuação social é *locus* prioritário de formação de hábitos e escolhas alimentares saudáveis, sendo um ambiente privilegiado por possibilitar um trabalho sistemático e contínuo (BARBOSA et al., 2013; SANTOS; 2013).

A inserção de processos educativos no contexto do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) favorece a promoção de uma alimentação saudável e adequada no ambiente escolar, ratificando os fundamentos da Portaria Interministerial n° 1.010 de 8 de maio de 2006, que institui as diretrizes para a promoção da alimentação saudável nas escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas do país (BRASIL, 2013; BRASIL, 2006a).

A implementação das ações de EAN no ambiente escolar demandam metodologias inovadoras, participativas e problematizadoras, capazes de reconhecer os integrantes da comunidade escolar como protagonistas do processo educativo e o PNAE como espaço pedagógico a serviço da promoção da saúde (COSTA; RIBEIRO; RIBEIRO, 2001; MDS, 2012).

O Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola deve concretizar-se a partir da transversalidade e interdisciplinaridade. Contudo, as estratégias tradicionalmente utilizadas, são desenvolvidas na maior parte das vezes, de forma fragmentada, em disciplinas isoladas, como nas aulas de Ciências, por meio de textos nos livros didáticos, utilizando palestras e distribuição de folhetos. Tais ações ocorrem de modo desarticulado da realidade local, não resultando em ações transformadoras e efetivas (BOOG, 1997; CASTRO et al., 2007; JUZWIAK, 2013).

Durante todas as fases da vida, o ser humano, passa por processos de descoberta e aprendizagem. Ele nasceu para conhecer, e apropriar-se dos conhecimentos, e isso faz parte

da sua construção bem como, de sua sobrevivência e inserção na sociedade como ser participativo, produtivo e pensante.

Quanto ao desafio de desenvolver ações educativas em alimentação e nutrição, o Marco de Referência de EAN para as políticas públicas destaca que ainda é necessário ampliar a discussão sobre suas possibilidades, seus limites e o modo como são realizadas (BRASÍLIA, 2012).

No contexto escolar, ainda constata-se lacunas expressivas relacionadas às referências teórico-metodológicas que possam subsidiar as práticas de EAN. Compreende-se que a constituição dos hábitos alimentares é influenciada por fatores fisiológicos, psicológicos, socioculturais e econômicos e que têm sua formação iniciada na infância (DEMINICE et als. 2007).

Carvalho (2012), ao buscar estabelecer o uso do termo “hábito” no que concerne à alimentação, observa nítidas diferenças entre hábito e comportamento. Para a autora, os termos adquirem sentido dentro de um determinado contexto e são envolvidos por uma série de aspectos. Um deles seria sua repetição no tempo e a possibilidade de um comportamento alimentar provisório ou ocasional se transformar em um hábito:

O comportamento alimentar implica uma ideia que pode ser profundamente específica de um modo de se alimentar, mas não tem uma preocupação com a duração da ação como a de hábito. Traduz uma prática sem a pretensão de situá-la no tempo, e dessa forma não expressa um processo contínuo, porque não tem a obrigação de relacionar um momento a outro - que se segue, o que não ocorre com a ideia de hábito alimentar (CARVALHO, 2012, p. 431 e 432).

Avalia-se, nesse contexto, hábito alimentar como um repertório de práticas alimentares que tendem a se repetir ao longo do tempo, e se frisa, nesse sentido, que é nessa fase da vida que o indivíduo sai do convívio basicamente familiar e penetra no contexto escolar, no qual experimentará outros alimentos e preparações e terá oportunidade de promover alterações nos seus hábitos alimentares pelas influências do grupo social e dos estímulos presentes no sistema educacional (PACHECO, 2008).

As Unidades de Alimentação e Nutrição Escolares (UANEs) apresentam-se como locais estratégicos para promoção de hábitos alimentares saudáveis na idade escolar, visto que é nessa fase que as crianças estão formando seus hábitos e gostos. Além disso, a estruturação do paladar também é um processo educacional, e hoje em dia as crianças e adolescentes passam grande parte do dia na escola, e isso faz com que elas tenham necessidade de se alimentar

nesse ambiente escolar ou nas suas proximidades. Dessa maneira, compreende-se que a escola se configura como um espaço privilegiado para iniciativas voltadas à EAN e essa potencialidade vem sendo considerada na formulação de políticas públicas em alimentação e nutrição, e na valorização dessas ações no planejamento pedagógico.

Por outro lado, a infância é considerada como a fase das brincadeiras e do lúdico, onde as crianças expressam suas necessidades e desejos particulares, além de mostrarem sua maneira de enxergar e se posicionar no mundo.

Diante disso, a ludicidade é uma potente dimensão para atrair a atenção dos escolares, como também provocar reflexões e aprendizados sobre o mundo que lhes cerca, visto que a brincadeira é algo inerente ao universo infantil. As atividades lúdicas podem ser desenvolvidas a partir do emprego da música, literatura, poesia, dança, teatro, jogos, fotografias, dentre várias outras abordagens. Nessa perspectiva, Falcão (2002), destaca que:

As atividades lúdicas fazem com que a criança aprenda com prazer, alegria, sendo relevante ressaltar que a educação lúdica está distante da concepção única de passatempo e diversão. A educação lúdica é uma ação inerente na criança e aparece sempre como uma forma transacional em direção a algum conhecimento, que se define na elaboração constante do pensamento individual em permutações constantes com o pensamento coletivo. É de suma importância à utilização do brincar e dos jogos no processo pedagógico, pois os conteúdos podem ser trabalhados por intermédio de atividades lúdicas contribuindo, dessa forma, para o crescimento global da criança. Jogos e brincadeiras contribuem para o desenvolvimento motor, emocional e cognitivo da criança. O brincar se torna cada vez mais importante na construção do conhecimento, oportunizando o prazer enquanto incorpora as informações e transforma as situações da vida real (FALCÃO, 2002, p 160).

A música pode ser uma ferramenta para o trabalho lúdico, e também faz parte do meu cotidiano. Sempre encontrei na música um *hobby*, uma forma de me esvaziar, sair da rotina. Além disso, o público infantil sempre foi meu preferido. Nessa perspectiva, oportuneizei a experiência em um estágio obrigatório da grade curricular do curso de graduação de Nutrição da UFPB realizado no âmbito de uma escola, para o desenvolvimento do presente trabalho. Sendo assim, mediante a afinidade com a música e com crianças, a partir da integração dessas duas dimensões, optei por desenvolver atividades que estimulassem as crianças a pensar sobre a alimentação saudável, e assim promovessem EAN.

Diante das considerações anteriores, este trabalho busca sistematizar as experiências voltadas à promoção da alimentação saudável no espaço de uma escola privada em João

Pessoa-PB, com ênfase no papel da ludicidade no processo educativo em alimentação e nutrição infantil.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

- Sistematizar as experiências de promoção da alimentação saudável com ênfase nos recursos lúdicos no âmbito de uma escola privada em João Pessoa – PB.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar as principais práticas educativas em alimentação e nutrição voltadas para o público infantil no espaço escolar;
- Investigar o papel da dimensão da ludicidade no processo educativo em alimentação e nutrição com crianças;
- Analisar as potencialidades e os desafios ligados à promoção da alimentação saudável no espaço estudado;

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 A PROMOÇÃO DE PRÁTICAS ALIMENTARES ADEQUADAS E SAUDÁVEIS NO ESPAÇO ESCOLAR: ANTECEDENTES E PERSPECTIVAS

O interesse pela alimentação escolar iniciou-se após a 2ª Guerra Mundial, por meio da United Nations, Educacional, Scientific and Cultural Organization (UNESCO), na 14ª Conferência sobre Educação Pública e no International Bureau of Education, em Genebra, em 1951, para garantir o pleno desenvolvimento físico e intelectual, após o alerta de que crianças poderiam ter seu rendimento escolar limitado por alimentação insuficiente (NOGUEIRA, 2005).

Inicialmente, os programas de alimentação escolar eram de caráter assistencialista, articulados pela Igreja e grupos voluntários; progressivamente, foram sendo apropriada pelo poder público como um Direito Humano a Alimentação Adequada (DHAA). Desde 1948, a alimentação adequada foi considerada um direito humano pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, sendo estendida em outros dispositivos do Direito Internacional. Aqui no Brasil, em 2010, após um amplo processo de mobilização social, mediante a Emenda Constitucional nº 64, foi aprovada a inclusão da alimentação no artigo 6º da Constituição Federal (PEGOLO, 2008).

O DHAA está relacionado à mobilização e organização de vários setores, tais como: incentivo à agricultura familiar, como auxílio ao desenvolvimento do cultivo sustentável de alimentos em regiões rurais e urbanas; promoção de práticas sustentáveis de abastecimento alimentar; vigilância sanitária e saneamento básico; alimentação escolar e equidade de povos, dentre outros. Contudo, no Brasil, na época em que o Direito Humano à Alimentação Adequada foi instituído a grande preocupação era com a prevalência de desnutrição infantil.

Entretanto, desde os anos 1990 diversas transformações vêm ocorrendo com o perfil nutricional da população brasileira, caracterizando a situação de transição nutricional, na qual a predominância da desnutrição tem sido gradativamente substituída pela maior prevalência de crianças com excesso de peso e/ou obesidade (FERREIRA et al, 2005).

As atuais políticas públicas voltadas para alimentação do escolar estão presentes em países desenvolvidos e em desenvolvimento, possibilitando a oferta de alimentação durante o horário em que o aluno permanece na escola. Esses programas geralmente contemplam aspectos alimentares, nutricionais e de saúde buscando contribuir para o bem-estar, beneficiando simultaneamente a concentração e o aprendizado dos escolares (BRASIL, 2010).

No Brasil o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), implantado em 31 de Março de 1955, abrange múltiplas dimensões da formação do indivíduo e visa o atendimento da alimentação escolar e do Programa Direito na Escola aos alunos da atenção básica. Compõe as diretrizes da alimentação escolar, o emprego de alimentos variados e seguros, respeitando tradições, culturas e hábitos alimentares saudáveis; universalidade do atendimento aos alunos matriculados na rede pública de atenção básica; participação da comunidade no controle social, garantindo o acompanhamento das ações para garantir a oferta da alimentação escolar saudável e adequada; apoio ao desenvolvimento sustentável, com a aquisição de gêneros da agricultura familiar local; o direito à alimentação escolar, visando garantir a segurança alimentar e nutricional dos alunos, com acesso de forma igualitária, e respeitando as diferenças daqueles que tem necessidade específica; a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino aprendizagem, de maneira que aborde o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida. A escola tem papel importante na formação integral do indivíduo, incluindo a educação para a saúde, devido a sua função social e a possibilidade de desenvolver um trabalho sistematizado e contínuo com os alunos, pois é o segundo espaço de socialização da criança e o local em que se encontra a maioria da população infanto-juvenil (BRASIL, 2013).

O PNAE representa uma política de Estado quanto à assistência estudantil, em que a gestão é feita pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) do Ministério da Educação (MEC). Atualmente regulamentado pela Lei nº11.947 de 16 de junho de 2009 e Resolução do Conselho Deliberativo do FNDE nº 26 de 17 de junho de 2013, é considerado um dos maiores programas de alimentação escolar do mundo, pautando-se na equidade e universalidade, por gratuitamente atender os alunos da educação básica de escolas públicas, filantrópicas e comunitárias do Brasil (BRASIL, 2013; BRASIL, 2009).

O PNAE teve seu início na década de 1950, e ao longo do tempo passou por diversas transformações. Denominado de Campanha da Merenda Escolar (CME) por meio do Decreto nº 37.106 de 31 de março de 1955, o programa foi gerenciado de forma centralizada até 1993 (BRASIL, 1955; PEIXINHO et al., 2011). A denominação de Programa Nacional de Alimentação Escolar ocorreu em 1979, sendo os anos 1980 um marco na alimentação escolar, quando essa foi incluída como direito constitucional na Constituição Federal vigente.

O processo de descentralização do PNAE iniciou-se em 1994 com a Lei Federal nº 8.913 de 12 de junho. Insere-se neste momento a figura do nutricionista como responsável pela elaboração dos cardápios da alimentação escolar e se tem a criação do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) enquanto instância colegiada e deliberativa (BRASIL, 1994;

PEDROZA; ANDRADE, 2006; PEIXINHO et al., 2011). A descentralização é um marco referencial na trajetória do PNAE, pois permitiu uma maior regularização no fornecimento das refeições, melhoria na qualidade dos cardápios, incentivo à economia local e regional, diminuição dos custos operacionais, atendimento dos hábitos alimentares saudáveis com a inserção de alimentos in natura, bem como a presença do nutricionista como responsável técnico e participação da comunidade local na execução do Programa (PEIXINHO et al., 2011; BELIK; SOUZA, 2009; MUNIZ; CARVALHO, 2007).

No PNAE, o incentivo às ações de EAN tem o marco referencial na Portaria Interministerial nº 1.010/2006 (BRASIL, 2006), explicitada posteriormente na Lei nº 11.947/2009, cujos pressupostos indicam a necessidade de propor caminhos para a execução de ações da EAN no ambiente escolar (BRASIL, 2009). Influenciada pelo Marco de Referência de EAN para as Políticas Públicas, a Resolução CD/FNDE nº 26/2013, no Artigo 13º define EAN como um conjunto de ações formativas, de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional, a ser realizado na perspectiva da adoção de práticas e escolhas alimentares saudáveis, que colaborem para a aprendizagem, o estado de saúde do escolar e a qualidade de vida do indivíduo (BRASIL, 2013 p.7; MDS, 2012).

Anteriormente, o Conselho Federal de Nutricionistas (CFN), por meio da Resolução nº 465/2010, havia definido que compete ao nutricionista responsável técnico (RT) do PNAE promover e realizar ações de EAN no ambiente escolar (CFN, 2010). Essas práticas devem dinamizar o currículo pedagógico, estimular hábitos alimentares saudáveis no contexto cultural, favorecer a utilização de alimentos orgânicos e/ou agroecológicos, possibilitarem o desenvolvimento de tecnologias sociais, bem como formar as pessoas envolvidas direta ou indiretamente com a alimentação escolar (BRASIL, 2013).

Nesse contexto, diante da necessidade de contribuir para a diminuição dos agravos nutricionais e à promoção da alimentação saudável no âmbito escolar, em 2006 foi criada a Portaria 1010¹. Essa portaria tem por objetivos: instituir as diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das escolas das redes públicas e privadas, desenvolvendo ações que promovam a adoção de hábitos alimentares saudáveis no ambiente escolar; reconhecer que a alimentação saudável deve ser assegurada como um direito humano; definir a promoção de alimentação saudável nas escolas, mediante eixos prioritários, como: ações de EAN, considerando hábitos

¹ Portaria Interministerial Nº 1.010 de 8 de Maio de 2006 – Ministério da Saúde e Ministério da Educação institui as diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas em âmbito nacional.

alimentares como expressão de manifestação cultural; estímulo à produção de hortas escolares; estímulo à implantação de boas práticas de manipulação dos alimentos nos locais de produção e fornecimento de serviços de alimentação do ambiente escolar; restrição ao comércio e à promoção comercial no ambiente escolar, de alimentos e preparações com altos teores de gordura, açúcar e sal, e o incentivo ao consumo de frutas, legumes e verduras; bem como o monitoramento do estado nutricional dos escolares (BRASIL, 2006).

Aliado às iniciativas apresentadas anteriormente, destaca-se o Programa Saúde na Escola (PSE). Com o intuito de promover saúde e educação integral, esse programa surge em 2007, como uma intervenção intersetorial da Saúde e da Educação, voltada às crianças, adolescentes, jovens e adultos da educação pública brasileira. A articulação entre Escola e a Atenção Básica de Saúde fundamenta essa iniciativa.

Logo, o PSE é uma estratégia direcionada à integração da saúde e educação para o desenvolvimento da cidadania e da qualificação das políticas públicas brasileiras. Essa articulação dos setores da saúde e educação, e das demais redes sociais para o desenvolvimento das ações do PSE implica mais do que ofertas de serviços num mesmo território, deve propiciar a sustentabilidade das ações a partir da conformação de processos e mecanismos de corresponsabilidade. Implica colocar em questão: como esses serviços estão se relacionando? Qual o padrão comunicacional estabelecido entre as diferentes equipes e serviços? Que modelos de atenção e de gestão estão sendo produzidos nesses serviços? (BRASIL, 2009).

Nessa perspectiva, as políticas públicas de saúde consideram a escola como um lugar propício para a promoção de hábitos de vida saudáveis, a fim de preparar o aluno para escolhas conscientes e exercício da cidadania. O ingresso na escola proporciona à criança situações de independência e autonomia na tomada de decisões relacionadas a práticas e aos comportamentos de vida, mas tal realidade requer atenção, pois o padrão alimentar adotado por escolares nem sempre é considerado saudável podendo ser evidenciado pelo baixo consumo de hortaliças e o sedentarismo (CARVALHO, 2017).

3.2 PROCESSOS EDUCATIVOS EM ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO NO ESPAÇO ESCOLAR: POTENCIALIDADES E DESAFIOS

Boog (2008) problematiza acerca da necessidade de se adotar uma perspectiva mais abrangente da EAN no âmbito escolar:

(...) o ensino de nutrição não pode ficar restrito à área de ciências, porque a alimentação representa muito mais do que um conjunto de nutrientes. A alimentação constitui uma prática social do cotidiano, e as crianças aprenderão muito mais pelo que elas praticam do que pelo que elas ouvem sobre alimentação. A ideia de que educação alimentar e nutricional é um tópico de ciências e vai ser ensinada em um determinado momento e série é comumente encontrada entre professores. Enfatizamos que ela é um tema transversal que perpassa o cotidiano (BOOG, 2008, p.20).

Segundo a Lei Nº 13.666/2018² os currículos escolares do ensino fundamental e médio, devem incluir o assunto educação alimentar e nutricional nas disciplinas. Observamos um avanço para a educação, pois a EAN está sendo valorizada como abordagem interdisciplinar e necessária ao currículo escolar.

A alimentação integra o cotidiano da vida escolar, e sendo assim o ensino da nutrição não é só uma tarefa da área de ciências, e não se delimita a sala de aula. Para um projeto de alimentação saudável na escola tem de existir uma parceria entre Nutricionistas e Professores, além de toda a comunidade escolar (BOOG, 2008). Para que as ações de EAN sejam efetivas no ambiente escolar é necessária uma ação integrada, reconhecendo a importância dos membros da comunidade escolar no planejamento dessas atividades, evitando que ações educativas se tornem uma exigência adicional e uma sobrecarga à prática profissional do educador. As abordagens tradicionais que tendem a predominar nas ações de EAN indicam que uma ação pontual, descontextualizada e sem continuidade, em um curto tempo de duração, não favorece a tomada de decisão. (DETRREGIACHI; BRAGA, 2011).

Nessa direção, as perspectivas de uma EAN transformadora pressupõem a instrumentalização dos alunos, de modo abrangente, interdisciplinar dentro e fora da sala de aula, com uso de metodologias inovadoras pautadas na realidade e no contexto escolar. A EAN deve ser uma prática cotidiana, que não se delimita a uma disciplina e/ou projetos específicos, deve ser uma ação permanente (JUZWIAK, 2013; SANTOS, 2005; BERNADORNI et al., 2009).

Entretanto, na área da nutrição a educação ainda é pouca valorizada, e isso se perpetua nos dias atuais, por alguns grupos defensores de um estatuto purista de uma “ciência da nutrição” deslocada do contexto social e político em que ela deve ser aplicada para melhorar a qualidade de vida dos seres humanos. Por outro lado, alguns profissionais da área de

² A Lei Nº 13.666 de 16 de maio de 2018 altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir o tema transversal da educação alimentar e nutricional no currículo escolar.

educação, ainda apresentam certa resistência em acolher a alimentação saudável como algo importante a ser ensinado na escola, provavelmente, porque ainda não perceberam o potencial dessa atividade cotidiana para contextualizar conteúdos de várias áreas de conhecimento (BOOG, 2008).

Dessa maneira, a EAN não pode ser vista como uma ferramenta de intervenção para avaliar o certo/errado ou ainda a adesão/não adesão ao consumo de alguns alimentos. Há um campo transversal mais amplo, envolvendo aspectos sociais, econômicos, culturais e comportamentais que envolvem o ato de comer e o indivíduo (BARBOSA et al., 2013; RAMOS; SANTOS; REIS, 2013). Por essa razão, o tema alimentação e nutrição deve compor criticamente, um plano nacional oficial de ensino na escola, tendo por base os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que foram implementados com o objetivo de respeitar as diversidades regionais, culturais e políticas existentes no país (BIZZO; LEDER, 2005; MEC, 1997; SANTOS; BOGUS, 2007).

Embora haja uma preocupação sobre as bases teóricas e metodológicas que permeiam as ações de EAN, expressa pelo Marco de Referência de EAN para as políticas públicas e também por parte dos pesquisadores e profissionais, observa-se ainda a permanência de métodos tradicionais baseados na transmissão de informações, utilizando técnicas como palestras, aulas e orientações isoladas, em detrimento de iniciativas participativas, transformadoras, críticas, que proporcionem os estímulos adequados e valorizem o lúdico (BOOG, 1997; MDS, 2012; SANTOS, 2012).

Santos (2005) destaca que, apesar da EAN ser retratada como uma estratégia importante, o seu espaço não é claramente definido: “a educação alimentar e nutricional está em todos os lugares e, ao mesmo tempo, não está em lugar nenhum”. A fragilidade da formação do profissional nutricionista devido à ausência de uma base teórica consolidada, dinâmica e reflexiva que respalde suas ações, é um desafio a ser superado. A disciplina de educação alimentar e nutricional nos cursos de graduação em Nutrição ainda necessita transcender para uma abordagem pedagógica que saia da superficialidade e avance para a formação de um profissional generalista e crítico, capaz de compreender a socioantropologia da alimentação (BRASIL, 2001; FERREIRA, 2007; SANTOS, 2005).

As práticas alimentares dos indivíduos são resultados de decisões relacionadas à cultura alimentar, ao convívio social e às transformações decorridas do acesso à comunicação popular e científica. A EAN além de proporcionar o acesso à informação permite o empoderamento dos indivíduos para que atuem com independência sobre suas escolhas alimentares (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2008).

Estudos desenvolvidos no espaço escolar têm apontado que estratégias de EAN realizadas com as crianças e adolescentes propiciam melhoras no conhecimento sobre nutrição, bem como nas atitudes e nos comportamentos relacionados às escolhas alimentares, influenciando também nos hábitos alimentares da família (FERNANDES et al., 2009; GABRIEL; SANTOS; VASCONCELOS, 2008; GAGLIANONE et al., 2006). Segundo Zancul e Oliveira (2007), as práticas de EAN nas escolas apresentam várias possibilidades e estratégias, tais como jogos, vídeos, cartilhas, cozinha experimental, aulas teóricas e práticas.

A EAN consiste em uma atribuição que compõe às funções exercidas pelo nutricionista, reforçando o importante papel desse profissional como agente educativo. Entretanto, cabe a todos os profissionais a realização de ações voltadas à promoção de práticas alimentares saudáveis (BRASIL, 2012). Por essa razão, destacam-se as parcerias com os diversos atores sociais na promoção da alimentação saudável no ambiente escolar, seja na construção de propostas curriculares, seja na formação destes quanto à alimentação e nutrição na escola (BARBOSA et al., 2013).

Nesse cenário, novas possibilidades se abrem ao papel da alimentação escolar, com destaque para a inserção do nutricionista, que deve ter uma participação ativa nas discussões, por ser o responsável pela formação das pessoas envolvidas direta ou indiretamente com a alimentação escolar (BRASIL, 2013; COSTA; RIBEIRO; RIBEIRO, 2001). Os diferentes atores sociais, providos de consciência e de discernimento do papel da promoção da alimentação saudável, podem e devem, dentro de uma abordagem integrada, procurar incorporá-los ao seu fazer pedagógico. Assim a teoria e a prática em EAN possibilitam aos sujeitos autonomia para suas escolhas relacionadas ao ato de comer (BOOG, 2013; BOOG, 2008; COSTA; RIBEIRO; RIBEIRO, 2001; DOMENE, 2008).

Resultados importantes têm sido alcançados incluindo o tema alimentação e nutrição nos currículos e na formação permanente dos profissionais de educação e da comunidade escolar. A capacitação desses atores sociais potencializa mudanças no ambiente escolar, as quais dão suporte para a adoção de hábitos alimentares saudáveis, reforçando a capacidade da escola de se transformar em um espaço favorável ao aprendizado e à convivência saudável (COSTA; RIBEIRO; RIBEIRO, 2001; MDS, 2012; SCHMITZ et al., 2008; YOKOTA et al., 2010).

Davanço et al. (2004), ao analisarem os conhecimentos sobre nutrição de professores expostos e não expostos a um programa educativo, observaram que os participantes do grupo exposto se apresentaram mais preparados conceitualmente e sensibilizados quanto o papel do professor e da escola na promoção de hábitos saudáveis. Segundo o estudo, o conhecimento

das informações pelos professores favoreceu a tomada de consciência e atitudes no sentido de trabalhar o tema alimentação e nutrição no currículo escolar. O estreitamento da relação entre os diversos atores sociais, bem como a construção dos saberes devem ser elaborados de forma transversal no ambiente escolar com o auxílio do nutricionista e com a inclusão desse tema no PPP, para que possa ser garantida a sustentabilidade das ações dentro e fora da sala de aula, bem como conferir maior efetividade e abrangência às atividades de EAN na escola (BOOG, 2008; IULIANO; MANCUSO; GAMBARDELLA, 2009).

Para superar o foco pouco reflexivo que tem marcado, ao longo do tempo, a abordagem tradicional das ações de EAN na escola, parece ser oportuno o desenvolvimento de estudos que busquem conhecer a realidade destas práticas, para que, a partir deste olhar, se criem espaços institucionais de planejamento, implantação, avaliação e aprimoramento dos profissionais (BOOG, 1997; 2011).

Na maioria das escolas privadas, as cantinas vendem produtos ultraprocessados que colaboram para uma alimentação artificial e de baixo valor nutricional. Por outro lado, os pais têm pouco tempo para preparar os lanches, privilegiando os produtos industrializados que dispensam preparo. Assim, para as crianças, levar de casa um lanche à base de alimentos *in natura*, como frutas e verduras, se tornou uma prática pouco frequente e subvalorizada socialmente, não raro provocando um sentimento de inibição e constrangimento no segmento infanto-juvenil (TAGLIARI, 2002).

Ainda é incipiente a produção científica envolvendo os processos ligados à EAN no âmbito da rede privada de educação. Em uma escola da rede privada em Brasília, existe o Projeto Cultura Alimentar e Qualidade de Vida, que se propõe a modificar comportamentos alimentares inadequados à saúde por meio da introdução de práticas alimentares mais adequadas (SOUSA, 2006).

3.2.1 A educação alimentar e nutricional no Projeto Político Pedagógico: uma inserção possível e necessária

O Projeto Político Pedagógico (PPP) é o documento que indica a direção que a escola deve seguir para ter um sistema de qualidade. Nele contém os objetivos, as metas que devem ser cumpridas, e os meios de concretiza-lo. O PPP é elaborado pelo gestor da escola, professores e seus colaboradores, e deve ser completo o suficiente para que não gere dúvidas, e flexível a ponto de se adaptar as demandas de aprendizagem dos alunos. E esse documento direciona não só os gestores e professores, mas também colaboradores alunos e familiares,

objetivando organizar o trabalho pedagógico da escola por meio de decisões democráticas, de modo a superar os conflitos, as relações autoritárias e a fragmentação do ensino (BARBOSA, 2011; VEIGA; RESENDE, 2006).

O PPP é considerado político, devido aos compromissos com a formação do cidadão para a sociedade e pedagógico por definir ações educativas e características necessárias às escolas para cumprirem seus objetivos e intenções (VEIGA; RESENDE, 2006). Assim, ao refletir criticamente sobre o papel do PPP, percebe-se que o mesmo sustenta diferentes significações no espaço escolar, incluindo o planejamento institucional, cumprimento de normas, currículo escolar, autonomia da escola e espaço de decisão compartilhada. Desta forma, é um instrumento que define as intencionalidades, as estratégias, as prioridades, e os objetivos educacionais (BARBOSA, 2011; VEIGA; RESENDE, 2006).

No que se refere à inserção da EAN no PPP, destaca-se que essa ação além de possível é necessária. A Portaria Interministerial Nº 1.010, recomenda “incorporar o tema alimentação saudável no projeto político pedagógico da escola, perpassando todas as áreas de estudo e propiciando experiências no cotidiano das atividades escolares”. Dessa forma e oferecendo as condições necessárias para a concretização dos conceitos teóricos apresentados, a escola pode proporcionar um programa de educação para a alimentação saudável além das atividades em sala de aula.

Para tal, requer uma construção coletiva do conhecimento sobre alimentação e nutrição, fruto de um planejamento didático participativo, que reconhece a singularidade da escola, do aluno e da comunidade escolar (BIZZO, LEDER; 2005).

Como prática social do cotidiano das pessoas, a alimentação deve constar no currículo escolar de forma integrada com outros saberes que são tradicionalmente conhecidos como permanentes no cenário educativo. A política curricular expressa o grau de legitimidade da escola, portanto o PPP ao assumir a EAN como uma estratégia educativa, precisa adotar uma linguagem dialógica, significativa e problematizadora, que propositadamente vale-se do conhecimento prévio do aluno, da realidade escolar e do senso crítico (BARBOSA et al., 2013; BIZZO, LEDER; 2005).

Com o intuito de verificar como os professores de escolas públicas estaduais buscam informações sobre alimentação para trabalhar na sala de aula, um estudo que 70,3% dos entrevistados fazem uso da internet e do livro didático; 64,9% utilizam revistas; 48,6% jornais; 29,7% buscam informações em folders e 21,6% acionam outras fontes sobre o assunto, tais como cartilhas. Apesar de esses recursos serem de fácil acesso e reprodução, as falas dos entrevistados expressaram a necessidade da presença do nutricionista nas

orientações e nas mediações dos processos educativos sobre nutrição. Quanto aos recursos de comunicação utilizados pelos professores, deve-se ter um olhar criterioso sobre as informações vinculadas a esses meios, devido à fidedignidade dos conteúdos, e da falta de embasamento científico e técnico das informações (PICCOLI; JOHANN; CORRÊA, 2010).

Uma questão importante com relação ao PPP e às ações educativas no currículo escolar refere-se à dificuldade que os educadores possuem para inserir as propostas do projeto em seu processo de trabalho. Partindo disso, verifica-se a importância do desenvolvimento de iniciativas de educação permanente, de modo a favorecer maior aproximação com as temáticas de alimentação e nutrição no ambiente escolar, fomentando a motivação e segurança dos educadores diante da realização de ações nessa área (BERNARDON et al., 2009).

O currículo escolar tem por finalidade desenvolver um conjunto de competências e habilidades de compreensão e reflexão, portanto ao completar o PPP, na busca pela interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, deve-se entender e considerar o projeto como um processo inacabado, sempre em construção, cujos resultados são gradativos e mediatos (VEIGA; RESENDE, 2006).

Desta forma, entende-se que, para nortear a EAN na escola, o PPP emerge como um importante instrumento de democratização e organização desse tema. A abordagem alimentar e nutricional, ao perpassar pelo currículo escolar, transforma-se em um elemento de promoção da saúde e de empoderamento do indivíduo, sobre sua saúde, suas escolhas e seu comportamento alimentar (BARBOSA et al., 2013; BIZZO, LEDER; 2005).

3.2.2 A dimensão da ludicidade nas práticas educativas em alimentação e nutrição: diversificando as abordagens pedagógicas com os escolares

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB 9.394/96) estabelece em seu art. 29 que:

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (Redação dada pela Lei nº12. 796, de 2013).

Nesse contexto, as Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil (2010, p. 18), dispõem que: A proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve visar garantir à criança acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e

aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à convivência e a interação com outras crianças.

Nessa direção, a educação infantil deve favorecer o processo evolutivo da criança pautada no binômio cuidar – educar. Para tanto, cuidar do bem-estar das crianças é fundamental, por isso, o educador deve manter uma relação com seus alunos permeada de carinho e afeto, para que elas cresçam física e emocionalmente de maneira segura e saudável.

De acordo com Piaget (1971), o desenvolvimento da criança acontece por meio do lúdico, pois, por meio deste universo a criança se satisfaz, realiza seus desejos e explora o mundo ao seu redor, tornando importante proporcionar às crianças atividades que promovam e estimulem seu desenvolvimento global, considerando os aspectos da linguagem, do cognitivo, afetivo, social e motor. Deste modo, como evidencia Piaget, o lúdico pode tornar-se uma ferramenta essencial no processo de aprendizagem e desenvolvimento da criança.

A ludicidade é conceituada como uma forma de desenvolver a criatividade e os conhecimentos através de jogos, música e dança, com o intuito de educar e ensinar de forma divertida e interativa. Também podemos considerá-la uma importante estratégia que o docente utiliza em sala de aula, para favorecer a interação, socialização aprendizagem e desenvolvimento das crianças (DICIONÁRIO, 2018).

O brincar constitui-se em um sistema que integra a vida social dos indivíduos e faz parte do patrimônio lúdico-cultural, traduzindo valores, costumes, formas de pensamento e ensinamentos. Nesse sentido, compreende-se que a atividade lúdica instaura uma nova relação com a vida, possibilita a criação de um novo mundo, estabelece outros jeitos de viver e de fazer, cria novos padrões de sociabilidade permeados pela amizade, pela cooperação e pela noção de responsabilidade coletiva (JURDI, 2009).

O brincar é uma linguagem do espontâneo; uma linguagem da alma. O brincar é cultural. E sendo assim está inserido em várias etapas da vida. Através do brincar, se alcança níveis diferentes de liberdade. Sendo elas de expressão, de escolha e de criatividade (TARJA BRANCA: a revolução que faltava, 2014).

Dessa forma, o brincar acontece como uma forma de comunicação na qual a criança se desenvolve integralmente, em seus aspectos físicos, sociais, culturais, afetivos, emocionais ou cognitivos. Através do brincar a criança pode desenvolver capacidades importantes, como a atenção, a memória, a imitação, a imaginação. E ir mais além. Ela pode desenvolver áreas da personalidade, como afetividade, motricidade, inteligência, sociabilidade e criatividade. Os brinquedos e as brincadeiras são fontes inesgotáveis de interação lúdica e afetiva. Enquanto brinca, a criança se prepara para a vida, pois é por meio da sua atividade lúdica que a criança

produz novos significados, que vai tendo contato com o mundo físico e social, e vai compreendendo como são e como funcionam as coisas (LORO, 2015).

O brincar auxilia no desenvolvimento integral do ser humano nos aspectos físico, social, cultural, afetivo, emocional e cognitivo. Por essa razão é importante que pais e educadores saibam que a ludicidade deve ser vivenciada na infância, e que o brincar faz parte de uma aprendizagem prazerosa.

A Educação Infantil é um período fundamental para a criança no que se refere ao seu desenvolvimento e aprendizagem e, por essa razão, é fundamental conscientizar o professor da importância da ludicidade na prática pedagógica a fim de que a criança possa desenvolver-se em sua plenitude (SANTOS; CRUZ, 2010).

Essa etapa da educação constitui-se como um ambiente propício de aprendizagem que tem como objetivo proporcionar o desenvolvimento integral das crianças, e a ludicidade pode tornar-se uma ferramenta essencial nesse processo de ensino aprendizagem, uma vez que favorece o desenvolvimento cognitivo, social, físico, afetivo e motor do indivíduo, tornando - o mais atrativo e eficaz nessa etapa da educação básica.

Torna-se interessante que a escola integre em sua proposta pedagógica, atividades envolvendo brincadeiras, movimentos, jogos, literatura infantil, danças, músicas, etc., no sentido de proporcionar as crianças diversas maneiras para o desenvolvimento cognitivo, a capacidade de pensar, criar e formular ideias, conceitos, interagir com o outro, aprendendo diferentes linguagens, descobrindo e compartilhando saberes através da socialização.

Dessa maneira a ludicidade é uma dimensão que deve ser enfatizada no âmbito das abordagens educativas, buscando contribuir para o acesso às oportunidades educacionais de modo equitativo, entre as crianças de diferentes classes sociais, estabelecendo novas formas de sociabilidade e aprendizagem, comprometidas com a qualidade da educação.

Considerando o perfil alimentar e nutricional da contemporaneidade, a EAN se consolida como uma importante estratégia de promoção da saúde. Suas ações devem se basear em diferentes abordagens educacionais e pedagógicas que propiciam o diálogo e a reflexão sobre aspectos relacionados à alimentação e nutrição ao longo da vida dos indivíduos (SANTOS, 2005; BRASIL, 2012).

Nesse âmbito, a utilização de atividades lúdicas, principalmente com escolares, tem-se mostrado efetiva para a ampliação do conhecimento sobre alimentos e nutrição, pois estimula a apresentação do conteúdo de forma prazerosa e reflete a realidade vivenciada na população infanto-juvenil. Apesar do reconhecimento da importância da EAN, há uma diversidade de abordagens utilizadas, poucos relatos de experiências e, desta forma, a

discussão ainda é incipiente sobre as possibilidades, limites e os métodos utilizados para a sua implementação (CONTENTO, 2007; COSCRATO et. al, 2010).

Em Cuiabá, Mato Grosso existe uma experiência de ações de EAN, desenvolvida em uma escola pública estadual. As ações de educação alimentar e nutricional relatada integram um projeto maior de intervenção, intitulado “Consumo alimentar de escolares antes e após ações de educação nutricional, em Cuiabá-MT”. O estudo foi realizado de março a junho de 2010, com 49 escolares de 8 a 14 anos, matriculados no 5º ano do ensino fundamental. Os pesquisadores identificaram na população, baixo consumo de frutas e lanches saudáveis, e excessivo consumo de frituras, doces e refrigerantes, comprados na cantina da escola, ou em algum estabelecimento próximo ou trazido de casa. Por se tratar de um público jovem, os pesquisadores decidiram por fazer as abordagens de forma lúdica, sendo assim utilizaram boliches, atividades de colagem, teatro, entre outros. Os jogos e brincadeiras foram bem aceitos pelos escolares. Além dos conceitos de nutrição, pôde-se estimular sua autonomia e criatividade. (PRADO, et. al, 2010).

3.2.3 O nutricionista e as ações de EAN no contexto escolar

No espaço escolar, ainda evidenciam-se diversas fragilidades no que se refere à inserção do profissional de nutrição. Na esfera da rede pública de educação, existem limitações ligadas ao quantitativo de profissionais para atender a demanda das escolas, até as dificuldades envolvendo a administração dos recursos para a produção das refeições. Diante desse cenário, muitas vezes, se priorizam os aspectos do âmbito da produção das refeições, em detrimento das ações de EAN, e de monitoramento do estado nutricional. Mello et al. (2012), em pesquisa realizada com 434 nutricionistas da região Nordeste do Brasil, observaram que apenas 33,8% dos entrevistados realizavam ações de EAN no ambiente escolar.

Para Chaves et al. (2013), as ações de EAN são negligenciadas pelo nutricionista em detrimento da urgência do trabalho administrativo e principalmente pela desigualdade na distribuição dos profissionais entre as regiões, com percentual menor na região Norte (59,4%) e maior na Sul (84,5%). Apesar dos municípios brasileiros com nutricionistas cadastrados no Sistema de Cadastro de Nutricionistas (SINUTRI) terem aumentado de 12% para 79%, de 2003 a 2011, isso não foi suficiente para neutralizar os reflexos e impactos destas diferenças intraregionais (CHAVES et al., 2013). Esses estudos de Mello et al. (2012) e de Chaves et al. (2013), foram realizados com escolas da rede pública de educação, evidenciando as

dificuldades enfrentadas pelo profissional nutricionista para realizar ações de EAN, sobretudo devido ao elevado quantitativo de escolas para acompanhar. Ressaltando que essas ações são preconizadas pelo PNAE como uma das atribuições do nutricionista (BRASIL, 2009).

Outra dificuldade com relação às práticas de EAN na escola pode ser explicada pela distância entre o conhecimento necessário para atuação no campo da educação e a formação oferecida ao nutricionista neste campo, identificando uma dicotomia entre o perfil do profissional formado e as exigências de atuação (BOOG, 2013; SCARPARO et al., 2013).

As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) do Curso de Graduação em Nutrição descrevem as competências e habilidades necessárias para a formação de um profissional generalista, humanista e crítico. Estabelecem que o nutricionista enquanto mediador das práticas pedagógicas em nutrição deve possuir qualificação, compreensão e domínio de instrumentos metodológicos, bem como capacidade criadora, articuladora e analítica fundamentada no processo educativo (BRASIL, 2001).

As referidas diretrizes trouxeram no seu escopo, além das recomendações para a formação do nutricionista, a marca da aprendizagem não restrita a conteúdos, mas abrangendo competências, tais como: a comunicação, tomada de decisões, educação permanente e liderança. Essa formação viabiliza atuar em políticas e programas de educação, visando à promoção da saúde e a formulação e execução de programas de EAN (BRASIL, 2001; BIZZO; LEDER, 2005). Percebe-se, dessa forma, a importância de superar essa concepção de formação tecnicista do nutricionista, centrada na relação entre o alimento e sua composição nutricional.

No âmbito da rede privada, a presença do nutricionista na equipe da escola ainda é pouco frequente. No escopo da Alimentação Escolar Privada, a atuação desse profissional está normatizada pela Resolução CFN nº 600/2018 - Área de Alimentação Coletiva, a qual estabelece como suas atribuições: realizar a avaliação, diagnóstico e monitoramento nutricional do escolar, com base nas recomendações e necessidade nutricionais específicas; identificar escolares ou estudantes com doenças e deficiências associadas à nutrição, para atendimento por meio de cardápio específico e encaminhamento para assistência nutricional adequada; elaborar os cardápios de acordo com as necessidades nutricionais, com base no diagnóstico de nutrição da clientela, adequando-os à faixa etária e respeitando os hábitos alimentares regionais, culturais e étnicos; planejar e supervisionar as atividades de seleção de fornecedores e procedência dos alimentos; realizar visitas periódicas aos fornecedores, avaliando o local e registrando os dados; elaborar e implantar o Manual de Boas Práticas, mantendo-o atualizado; implantar e supervisionar Procedimentos Operacionais Padronizados

(POP) e métodos de controle de qualidade de alimentos, em conformidade com a legislação vigente; desenvolver projetos de educação alimentar e nutricional para a comunidade escolar, inclusive promovendo a consciência social, ecológica e ambiental; elaborar e implantar fichas técnicas das preparações, mantendo-as atualizadas; implantar e supervisionar as atividades de pré-preparo, preparo, distribuição e transporte de refeições e/ou preparações; realizar teste de aceitabilidade de preparações/refeições; elaborar informação nutricional do cardápio e/ou preparações, contendo valor energético, ingredientes, nutrientes e aditivos que possam causar alergia ou intolerância alimentar; elaborar relatórios técnicos de não conformidades, impeditivas da boa prática profissional e que coloquem em risco a saúde humana, encaminhando-os ao superior hierárquico e às autoridades competentes, quando couber.

Além destas atividades, na referida Resolução CFN ainda constam atribuições complementares do nutricionista, sendo elas: participar do planejamento e da supervisão das atividades de compras, recebimento e armazenamento de alimentos, material de higiene, descartáveis e outros; participar do planejamento e da supervisão da implantação ou adequação de instalações físicas, equipamentos e utensílios da Unidade de Alimentação e Nutrição (UAN); participar da definição do perfil, dimensionamento, recrutamento, seleção e avaliação de desempenho dos colaboradores da Unidade de Alimentação e Nutrição (UAN); participar de equipes multidisciplinares destinadas à realização de atividades voltadas para a promoção da saúde; realizar e divulgar estudos e pesquisas relacionados à sua área de atuação, promovendo o intercâmbio técnico-científico; participar do planejamento e supervisão de estágio para estudantes de graduação em nutrição e de curso técnico em nutrição e dietética; realizar testes de degustação das preparações prévios ao consumo; e promover ações de incentivo ao desenvolvimento sustentável.

4 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, fundamentada no referencial da sistematização de experiência. Nesse sentido, a partir das atividades desenvolvidas no contexto do Estágio Supervisionado I da disciplina de Unidade de Alimentação e Nutrição (UAN) ³ em uma escola da rede privada, em João Pessoa – PB, no período de Março a Dezembro de 2017, se elegeu a dimensão dos processos educativos em alimentação e nutrição como objeto central de estudo.

A teoria da sistematização de Holliday (2006) tem como definição a visão crítica de uma ou várias experiências que, ordenadas e reconstruídas, explicitam a lógica do processo vivido, os fatores que intervieram no dito processo, como se relacionaram entre si e porque o fizeram desse modo. Assim, o presente estudo procura contribuir para a reflexão dos aspectos facilitadores e limitantes evidenciados, mediante a sistematização da experiência vivenciada.

A abordagem qualitativa possibilita trabalhar com os universos dos significados e atitudes dos sujeitos, dando ênfase ao processo de como os fenômenos ocorrem (MINAYO, 1994; PATRÍCIO, 1996). Refere-se a estudos de significados, representações psíquicas e sociais, simbolizações, percepções, pontos de vista, perspectivas, vivências, experiências de vida, analogias. (TURATO, 2003).

Diferentemente da pesquisa quantitativa, a qualitativa busca uma compreensão particular daquilo que estuda; não se preocupa com generalizações populacionais, princípios e leis. O foco de sua atenção é centralizado no específico, no peculiar, destacando a explicação dos fenômenos estudados. Isso não significa, entretanto, que seus achados não possam ser utilizados para compreender outros fenômenos que tenham relação com o fato ou situação estudada. Para que isso possa ocorrer, o pesquisador precisa, com os dados obtidos, atingir um nível conceitual, que é o que vai possibilitar o aproveitamento do que foi obtido no estudo específico (NOGUEIRA-MARTINS, BÓGUS, 2004).

No âmbito da pesquisa qualitativa estão os estudos descritivos, os quais se propõem a descrever a realidade. Não se destinam a explicá-la ou nela intervir. O exemplo mais simples de um estudo descritivo é o relato de caso. Muito frequente na área de saúde e também em áreas de gestão ou administração, quando algumas realidades são descritas de forma a partilhar experiências. Estudos descritivos são fundamentais quando um determinado assunto é pouco conhecido (ARAGÃO, 2011).

³ Disciplina componente da grade curricular do 7º período da graduação em Nutrição da UFPB, com carga horária de 210 horas que objetiva proporcionar ao estudante a vivência prática em uma UAN, aproximando-o de aspectos técnico-operacionais ligados ao controle de qualidade e armazenamento de gêneros alimentícios, planejamento de ações educativas e estímulo a uma alimentação saudável, entre outros.

4.1 CENÁRIO DO ESTUDO

A pesquisa foi realizada no âmbito dos processos educativos voltados ao grupo infantil, na faixa etária de 1 ano e 8 meses à 4 anos, da Escola Internacional Cidade Viva, situada no município de João Pessoa, PB.

4.1.1 Escola Internacional Cidade Viva: aspectos ligados à alimentação e nutrição

A Escola Internacional Cidade Viva (EICV) por meio do seu Serviço de Alimentação e Nutrição, oferece aos escolares e funcionários refeições, do tipo lanches e almoço, no próprio ambiente escolar, assegurando o acesso a refeições balanceadas, variadas e nutritivas. Para tanto dispõe de uma equipe de 5 (cinco) nutricionistas que realizam as ações de promoção da saúde, por meio do acompanhamento do consumo alimentar dos escolares; estímulo ao consumo de frutas e verduras, através de desafios (por exemplo, a turma que consumir mais frutas ao longo de um mês tem direito de escolher uma sobremesa. Para isso, as nutricionistas monitoram e registram o consumo de frutas de todos os alunos, e no final fazem as contas pra analisar em qual turma mais alunos consumiram as frutas); avaliação antropométrica; aulas de educação nutricional com temáticas variadas, de interesse dos alunos e com temas importantes para eles; controle de qualidade de pragas e prevenção de surtos; controle do consumo de sódio e açúcar; pesquisa e busca pelos mantimentos mais adequados e de bom valor nutricional; auxílio nas atividades da oficina de Nutrição e Gastronomia, quando necessário; controle de produção; planejamento de cardápios com variedades de saladas, frutas, sucos e refeição no geral.

A escola se norteia pelas diretrizes do PNAE, e atua como um espaço promotor de saúde, visto que busca provocar adaptações de comportamentos, através de mudanças no hábito alimentar e qualidade de vida.

Na ocasião deste estudo, eram fornecidas em média 1145 refeições entre lanches e almoço. A distribuição era feita da seguinte maneira: para os alunos, eram em média 300 lanches manhã, 350 almoços, 270 lanches da tarde; para os funcionários da escola e da igreja uma média de 120 almoços; dos professores que acompanham os alunos durante as refeições, 28 lanches (manhã e tarde); para os funcionários do restaurante eram fornecidos 42 almoços, 20 café da manhã e 15 lanches da tarde. Devido ao quantitativo de refeições, o fluxo de produção é contínuo, exigindo que a UAN seja rápida e ágil.

A escola possui dois restaurantes, sendo um principal e um anexo, destinados à distribuição das refeições; uma sala fria, para produção de saladas e pré-preparo de carnes; área de panificação, para produção de pães e massas; cozinha quente, para preparo dos alimentos; copa-lavagem, destinada a higienização, lavagem, e secagem dos utensílios utilizados na unidade; sala da nutrição, espaço onde ficam as nutricionistas, acontece todo o planejamento, resolução da parte burocrática e registro de documentos do setor de nutrição; na cozinha fria, acontece a manipulação das frutas, preparo das massas de bolos e doces, e kits do infantil; estoques, um é o estoque seco (armazena os alimentos menos perecíveis e que serão consumidos mais rapidamente), o outro, é maior e armazena todos os insumos utilizados na UAN, apresenta uma câmara fria e outra de congelamento; dois banheiros, um feminino e um masculino, fica em uma área isolada e é destinado aos funcionários desse setor; casa do lixo, local destinado a coleta dos resíduos, sendo separados orgânicos e lixo seco; casa do gás, essa área é externa ao prédio do restaurante sendo o local de proteção dos botijões de gás.

A EICV acolhe estagiários de nutrição desde 2010. Nessa unidade o estagiário tem como atribuição verificar a potabilidade e pH da água e registrar em planilhas de controle, caso esteja fora do ideal fazer ação corretiva; realizar o controle de temperatura do balcão de exposição dos alimentos, bem como de cada alimento servido; coletar as amostras dos alimentos servidos no almoço, etiquetar e levar para o congelamento na câmara fria; ver amostras para descarte; registrar o consumo de refeição de cada aluno, especificando o que cada um come, e repassar para o sistema da escola; registrar o consumo do lanche dos alunos do maternal na sala, registrar no sistema diariamente; estimular os alunos ao consumo de frutas e verduras; atuar nas aulas de EAN com o apoio das nutricionistas; fazer *check-list* da estrutura dos restaurantes; conferir o prazo de validade dos alimentos no estoque.

4.2 PROCEDIMENTOS E TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS

A pesquisa foi realizada no decorrer da vigência do Estágio Obrigatório de UAN, e incluiu o período de março a dezembro de 2017. Para a coleta de dados, foi utilizada a observação participante e a consulta documental.

4.2.1 Aproximação com o cenário do estudo

Através do estágio obrigatório na EICV, ocorreu minha aproximação com o grupo de crianças. Após o processo seletivo, iniciei o estágio em março de 2017 e mediante o

reconhecimento do cenário da prática, uma das nutricionistas relatou sobre as aulas de EAN, destacando que seria oportuna a participação do estagiário nessas atividades, em virtude das inúmeras demandas da unidade.

Expressei a minha afinidade para atuação com o público infantil, além da disponibilidade para participar das iniciativas ligadas as aulas de EAN. Ademais, a motivação para participar dessas aulas se deu também por acreditar no papel dos processos educativos na infância para a construção dos hábitos alimentares. Entendendo a dinâmica de funcionamento das aulas de EAN na escola, seus objetivos e perspectivas, me dispus a tomar a frente dessas aulas.

Aliado a isso, experiências acadêmicas anteriores, em espaços da extensão, mediante a atuação em uma iniciativa de educação popular voltada à promoção da Saúde e da Segurança Alimentar e Nutricional em comunidades de João Pessoa (CRUZ, P. J. S. C, et al., 2014), além da monitoria na disciplina de Educação Nutricional (CARVALHO; VASCONCELOS, 2017) contribuíram para estimular o meu interesse nessa área.

Assim, fui incentivada pela nutricionista a me inserir no processo, no qual sugeriu que eu tivesse ideias para essas aulas, lembrando que a linguagem para o público infantil deve ser diferenciada para facilitar o conhecimento deles.

No decorrer da minha inserção nas aulas, atentei para o fato de que poderia potencializar a experiência que estava aprendendo, elegendo-a como objeto de estudo do TCC. A equipe responsável e nutricionista chefe acolheram os propósitos apresentados, considerando que o estudo consiste em uma oportunidade para o registro e sistematização das ações de EAN desenvolvidas pela escola, contribuindo para subsidiar atividades e ações futuras em outras realidades e contextos escolares.

4.2.2 Observação participante

A observação tem por objetivo obter informações utilizando os sentidos para a apreensão de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que se deseja estudar. Constitui uma técnica fundamental da Antropologia, sendo um elemento básico de investigação científica, utilizado na pesquisa de campo. A observação ajuda o pesquisador a identificar e a obter provas a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não têm consciência, mas que orientam seu comportamento. Apresenta grande importância nos processos observacionais, no contexto da

descoberta, e estimula o investigador a um contato mais direto com a realidade e o ponto de partida da investigação social (LAKATOS, 2003).

Ainda de acordo com Lakatos (2003), a observação participante consiste na participação real do pesquisador com a comunidade ou grupo, onde este exerce influência e tem como objetivo inicial ganhar a confiança do grupo e fazer os indivíduos compreenderem a importância da investigação. Dentre as duas formas de observação participante descritas estão a natural e a artificial, onde na natural, o observador pertence à comunidade ou grupo que investiga; já a artificial, compreende uma integração do observador ao grupo com a finalidade de obter informações.

Diante disso, a pesquisadora optou pela observação participante natural para o estudo em questão, pois a pesquisa delineou-se com participação direta da pesquisadora no desenvolvimento das atividades realizadas nas aulas, presente tanto nos bastidores do planejamento das aulas como na responsabilidade de transmitir informações acerca das práticas alimentares saudáveis para crianças de maneira lúdica, sendo essa última uma das principais razões da presença da pesquisadora neste espaço.

Algumas vantagens da observação são: conforme o pesquisador passa mais tempo no ambiente, diminui a probabilidade de que as pessoas alterem seu comportamento com sua presença; as diferenças entre o comportamento verbal e o real ficam mais aparentes; questões podem ser formuladas na linguagem dos sujeitos, usando termos característicos das pessoas estudadas; podem ser identificadas a sequência e as conexões dos eventos que contribuem para o significado do fenômeno; muitos dos interesses do pesquisador não podem ser adequadamente investigados por outros meios (NOGUEIRA-MARTINS, BÓGUS, 2004).

Embora o método possua essas vantagens, a observação participante incorre em risco de imersão total em outra realidade que não a do pesquisador. Esse perigo é frequentemente relatado por muitos autores e pode significar deformações subjetivas da realidade estudada. Isso ocorre porque existem as modalidades de observador-como-participante, nas quais o tempo de contato com o grupo é curto e superficial; a de observador-total, em que o pesquisador omite interação direta com os informantes e o grupo não sabe que está sendo observado; e a modalidade de participante-como-observador, aliás, a que mais propicia o envolvimento do pesquisador com o grupo pesquisado, que poderá alterar os objetivos, não chegando a alcançá-los, pelo fato de a participação do pesquisador ser mais profunda (QUEIROZ et al., 2007).

Foi utilizado um roteiro que norteou as ações da autora. Uma das atividades de EAN foi relacionada à premiação auferida as crianças do Infantil II e III, as quais aconteceram ao

longo de cada trimestre, totalizando três premiações. Tais prêmios foram destinados às crianças que mais consumiram frutas, ao longo daquele trimestre. Tendo como base as três premiações que iriam ocorrer, no decorrer do estágio foi traçado um planejamento que contemplou as datas, temáticas e estratégias metodológicas das ações.

4.2.3 Consulta documental

Oliveira (2007) descreve documentos como registros escritos que proporcionam informações em prol da compreensão dos fatos. A análise documental consiste em identificar, verificar e apreciar os documentos com uma finalidade específica (MOREIRA, 2005). Dentre as perspectivas da análise documental, está a apreensão dos documentos como base para o desenvolvimento de estudos e pesquisas, cujos objetivos advêm do interesse do pesquisador (PIMENTEL, 2001; RAIUMUNDO, 2006).

Os materiais utilizados como referência foram os cronogramas das atividades, onde em cada aula foi trabalhado um cronograma diferente, tendo sido previamente elaborado pela pesquisadora. Ainda foram considerados os registros de consumo diário dos alunos, os gráficos comparativos desse consumo, e o relatório final do estágio de UAN (CARVALHO; AQUINO, 2017).

4.3 ANÁLISE DOS DADOS

Os dados procedentes da observação local e da consulta documental foram analisados a partir da literatura pertinente ao objeto e objetivos do estudo.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 ASPECTOS RELACIONADOS À IMPLEMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES

5.1.1 Sujeitos envolvidos

5.1.1.1 Equipe

A equipe responsável para a realização das atividades de EAN é composta pela estagiária de Nutrição, e pelas cinco (5) nutricionistas do restaurante. Uma das nutricionistas é a responsável direta pelas atividades educativas, exercendo, portanto, o acompanhamento mais sistemático desses processos. Além de mim, e dessa nutricionista houve a participação das professoras que acompanham os pré-escolares até o espaço da ação, e da coordenação do Infantil, responsável por liberar o horário das crianças.

5.1.1.2 As crianças

O público dessas atividades incluiu as crianças do Infantil II e III dos turnos manhã e tarde, totalizando em média 50 alunos, na faixa etária de 1 ano e 8 meses até 4 anos. As turmas são duas do Infantil II (uma por turno), e duas do Infantil III (uma por turno, também) e dessa forma somam quatro turmas da EICV, que tem a adesão de contrato com o restaurante⁴. O lanche dessas crianças é de responsabilidade da escola, desde a distribuição, ao monitoramento e estímulo pelo “comer saudável”. Então durante todo o processo relacionado ao lanche, eu os acompanhei, observando como estava sendo o consumo e registrando-o. Além disso, estimulava o consumo das frutas, oferecendo para eles experimentarem, ajudando a comer, falando das princesas que comiam as frutas, entre outras estratégias.

5.1.2 Local de realização das atividades

Todas as atividades foram realizadas em um dos auditórios da EICV. Esse auditório fica localizado na Escola, e é um espaço planejado para reuniões e palestras. Dispõe de data show, caixas de som, microfone, computador, lousa, cadeiras e sistema de climatização. Dessa forma, torna-se um espaço confortável para realização da atividade. Nesse ambiente, reunimos as crianças e preparamos o cenário de acordo com a temática que será abordada no

⁴ O programa de Nutrição da EICV é opcional. É realizado um contrato a parte da matrícula e as crianças que fazem essa adesão tem seu lanche fornecido pelo restaurante da escola e são acompanhadas pela equipe de Nutrição. No caso, das crianças que não tem adesão, a equipe de nutrição orienta os pais a respeito dos alimentos permitidos pelo programa da escola.

dia. E em seguida realizamos a premiação. As ações educativas são realizadas antes do prêmio, de maneira que o tema abordado esteja articulado ao consumo de frutas e verduras, que é nosso principal objetivo. Considerando que a premiação visa os alunos que consomem frutas diariamente, essas ações têm por propósito estimular a continuidade do consumo de frutas, além de incentivar os que não as consomem a ingerir.

5.1.3 Planejamento

As ações de EAN já estavam inseridas no planejamento anual da escola. No final do ano anterior as coordenações de nutrição e do infantil junto com a direção, programam um cronograma para o ano subsequente, no qual são elencadas as ações que serão executadas em cada mês, montando assim o calendário anual da escola. No início do ano seguinte, a coordenação de nutrição divide as responsabilidades dessas atividades entre as nutricionistas, para que analisem a logística e planejem a operacionalização da ação.

E foi nesse momento que se deu a minha inserção. Tive a autonomia para de modo propositivo estruturar a atividade de EAN voltada às crianças do Infantil. A partir de então, comecei a pensar em como seria essa atividade, e de que maneira poderia articular a ludicidade às atividades que seriam desenvolvidas. Diante disso, a música emergiu como um potente recurso para a implementação de atividades de EAN, numa linguagem atrativa e de fácil compreensão para as crianças.

5.1.4 Temáticas abordadas

No total foram realizadas 4 (quatro) atividades educativas mediante recursos lúdicos (vide Quadro 1). As temáticas abordadas privilegiaram o incentivo ao consumo de frutas e vegetais. No entanto, o diferencial das ações se deu pela forma como essas ações eram desenvolvidas.

A primeira atividade foi um teatro de fantoches, sendo a 1ª premiação do Super-Herói Saudável⁵, com texto de minha autoria, e intitulado “Diálogo dos Nutrientes” (APÊNDICE A). O texto consiste de uma conversa entre algumas frutas falando através de uma linguagem simples e de fácil compreensão para crianças.

⁵ Nas turmas do Infantil II e III, fazíamos o acompanhamento diário do que as crianças comem, e como estímulo ao consumo de frutas entregávamos semanalmente aos pais, sinais (verde – comeu 3x ou mais, amarelo – 2x, vermelho – 1 ou nenhuma) que indicam a quantidade de vezes que a criança comeu fruta. No final, do trimestre entregamos a capa de Super-Herói Saudável com o certificado. Os alunos que mais consumiram frutas que são premiados (CARVALHO, 2017).

Na segunda atividade, levamos para as crianças experimentarem tomate, jerimum, chuchu, e outros vegetais. Para esse aprendizado foi utilizado a abordagem do recurso lúdico, mediante a paródia da música infantil já bastante trabalhada em sala de aula, “Tchutchuê” (APÊNDICE B) e que eles gostavam muito de escutá-la. Dessa forma, cantei a música, onde convidava as crianças a experimentarem os vegetais e em seguida ofertamos os vegetais mencionados na música, além de alguns outros.

Na terceira atividade ocorreu a 2ª (segunda) premiação do Super-Herói Saudável. Nesse caso, as crianças que consumiram mais frutas ao longo do trimestre receberam uma premiação. Nessa ocasião, entrei fantasiada da personagem “Chapeuzinho Vermelho” (CHAPEUZINHO VERMELHO, 1995) com uma cesta de frutas cantarolando a paródia da música, composta por mim, “Pela estrada a fora” (APÊNDICE C) e com uma cesta de frutas. Conversei com as crianças falando que aquelas frutas vinham da floresta e que comê-las iria ajudar a crescer e ser saudável. Em seguida houve a premiação dos heróis. Por fim, fizemos um piquenique no próprio auditório onde foi realizada a premiação com várias frutas. Essa atividade foi muito divertida e gratificante, porque as crianças ficaram encantadas ao ver a personagem do desenho infantil, querendo tocar, fazendo perguntas, achando que a Chapeuzinho tinha realmente saído da história dos contos infantis.

A quarta e última atividade também ocorreu na premiação do Super-Herói Saudável, onde dessa vez me vesti de Bela, da história infantil “A Bela e a Fera” (“BEAUTY AND THE BEAST”, 2016.). Nessa atividade fizemos o seguinte roteiro: para iniciar mostramos o trecho do filme “A bela e a fera” em que a Bela canta a música “Bonjour”, em seguida entra a “Bela” (no caso, eu) cantando a música “Bonjour das Frutinhas” (APÊNDICE D). Por fim, a Bela conversou com as crianças e falou com eles sobre sua amiga - Chapeuzinho Vermelho, juntos eles cantaram a música que ela havia ensinado e a Bela fez a premiação dos heróis. E pra se despedir, a Bela cantou a música “Você quer comer frutinha?” (APÊNDICE E), que é uma paródia da música “Você quer brincar na neve”, do filme “Frozen – Uma Aventura Congelante” (FROZEN, 2013).

Quadro 1. Descrição das atividades de EAN conforme as datas, os temas, objetivos e público, João Pessoa – PB, 2017.

DATA	TEMA	OBJETIVO	PÚBLICO
05/05/2017	Diálogo dos Nutrientes	Mostrar os benefícios de consumir as frutas, e que quando ingerimos corpo fica saudável e protegido.	Crianças do Infantil II e III, do turno da manhã e da tarde.
16, 17/05/17	Conhecendo os vegetais de maneira lúdica e em seguida fazer degustação.	Fazer com que as crianças experimentem novos vegetais e legumes.	Crianças do Infantil II e III do turno da manhã e da tarde.
15/09/2017	Super-Herói – Saudável (Chapeuzinho Vermelho)	Através da conhecida personagem, mostrar os benefícios de consumir as frutas.	Crianças do Infantil II e III, do turno da manhã e da tarde.
04/12/2017	Super-Herói – Saudável (Bela)	A personagem Bela mostrou as crianças que a “tia” prepara o lanche com muito carinho, e que quando eles comem frutas ficam saudáveis e a mamãe fica feliz.	Crianças do Infantil II e III, do turno da manhã e da tarde.

Fonte: Própria

5.1.5 A valorização dos recursos lúdicos

O debate sobre os recursos lúdicos nos processos educativos envolve múltiplos entendimentos e definições. Há muitas conceituações para ludicidade, com algumas contradições sobre o assunto. O primeiro aspecto a destacar é que as atividades lúdicas não se restringem ao jogo e à brincadeira, mas incluem atividades que possibilitam momentos de prazer, entrega e integração dos envolvidos. Segundo Luckesi (2000), essas atividades são aquelas que propiciam uma experiência de plenitude, em que nos envolvem por inteiro.

Dessa forma, na primeira atividade, pude vivenciar exatamente isso, a sensação de inteireza, de dedicação, e de integração por parte das crianças e até professores. À medida que acontecia a interpretação dos fantoches, as frutinhas interagem com as crianças e eles respondiam bastante empolgados; também davam risadas, ficavam tristes pelas frutinhas que estavam esquecidas na geladeira, e queriam dar abraços e fazer carinho na “banana, melancia, e seus amigos” (os fantoches). Sendo assim, enxergo essa atividade como uma experiência de plenitude, repleta de entrega, na qual pôde através da ludicidade estimular o consumo das frutas.

Para Santin (1994), as ações lúdicas são aquelas vividas e sentidas, não definíveis por palavras, mas compreendidas pela fruição, povoadas pela fantasia, pela imaginação e pelos sonhos que se articulam como teias urdidas com materiais simbólicos. Assim elas não são encontradas nos prazeres estereotipados, no que é dado pronto, pois, estes não possuem a marca da singularidade do sujeito que as vivencia. Pude perceber tais aspectos na terceira e quarta atividades, que consistiram na criação de paródias. O momento vivido foi indescritível, provocando uma série de emoções e sensações difícil até de mensurar. Ocorreu uma espécie de encontro comigo mesma, e ao mesmo tempo um reconhecimento do outro. Nesses momentos de tanta expressividade, pude olhar para as crianças vislumbrando fantasias e realidades, de percepção e perspectivas, de reafirmação pela profissão que escolhi seguir. O encantamento com a entrada daquela personagem estampado em cada rostinho; que enxergava em mim a princesa dos desenhos e histórias infantis; que descobria que a Chapeuzinho carregava uma cesta de frutas, e não de doces, e assim aprendia que comer frutas ajuda a crescer; me encorajava a acreditar ainda mais na potencialidade das atividades lúdicas como instrumento de EAN. Pude evidenciar na prática a potência da imaginação, da fantasia e da criatividade nos aprendizados.

Assim como foi assinalado por Fortuna (2001), em uma sala de aula ludicamente inspirada, convive-se com a aleatoriedade, o imponderável; o professor renuncia à centralização, à onisciência e ao controle onipotente e reconhece a importância de que o aluno tenha postura ativa nas situações de ensino, sendo sujeito de sua aprendizagem; a espontaneidade e a criatividade são constantemente estimuladas.

Em suas sábias palavras, Freire diz:

Minha segurança não repousa na falsa suposição de que sei tudo, de que sou o “maior”. Minha segurança se funda na convicção de que sei algo e de que ignoro algo que se junta à certeza de que posso saber melhor o que já sei e conhecer o que ainda não sei. Minha segurança se alicerça no saber

confirmado pela própria experiência de que, se minha inconclusão, de que sou consciente, atesta de um lado, minha ignorância, me abre, de outro, o caminho para conhecer. (FREIRE, 1996, p. 153)

Com essa postura seremos capazes de olhar com atenção para nossos educandos, de analisar seu universo e, garantir ao diálogo papel central em nossa relação com eles; seremos capazes de escutá-los. Somente assim é que “aprendemos a falar com eles” (FREIRE, 1997). Ainda é Freire quem afirma que “tomar a própria prática de abertura ao outro como objeto da reflexão crítica deveria fazer parte da aventura docente. A razão ética da abertura, seu fundamento político, sua referência pedagógica; a boniteza que há nela como viabilidade do diálogo” (Idem, p. 153).

Podemos observar que essas atitudes, de um modo geral, não são, de fato, estimuladas na escola. Para Pereira (2002), “as atividades lúdicas permitem que o indivíduo vivencie sua inteireza e sua autonomia em um tempo-espaço próprio, particular. Esse momento de inteireza e encontro consigo mesmo gera possibilidades de autoconhecimento e de maior consciência de si”.

É fato que em grande parte das escolas, as atividades lúdicas não são consideradas como instrumento aliado à educação, mas sim um momento de lazer, descontração e extravasamento. Diante dessa vivência, confirmo o que autores como Luckesi (2000), Santin (1994) e Pereira (2002) afirmaram, a ludicidade traz muito aprendizado e é estimulador de novas percepções e hábitos. Isso é muito compreensível, se observamos que o brincar, o cantar, o encenar, o escutar fábulas, constituem atividades de conexão da criança, que as deixam leves, sensíveis e abertas ao saber. É nessas atividades, que a criança aprende, por exemplo, a compartilhar, a observar, a somar, a decorar, a criar, entre outras coisas.

As crianças são mobilizadas e atraídas para as coisas que lhes encantam. Sendo assim, na experiência aqui descrita evidenciamos um forte envolvimento das crianças, provocando a atenção no que acontecia. Assim, havia a participação das mais diversas formas, e cada um com seu jeito, uns mais tímidos outros mais desinibidos. Perguntavam, cantavam, tiravam dúvida, ficavam atentos, abraçavam algumas vezes se assustavam, mas se empolgavam, riam e admiravam. Houve o encantamento com o novo, com o teatro, com a música. O qual me impulsionava, como agente educativo. Sendo assim, ao colocar a criança diante do lúdico, “ativamos” a sua curiosidade, favorecendo que ela se sinta mais atraída e focada para aquele aprendizado. Pelos caminhos da imaginação, do encantamento e do criativo, a criança vai adentrando aos caminhos do saber. Essa experiência possibilitou que eu entrasse em contato com essas questões.

5.1.6 Potencialidades e desafios

A partir das atividades realizadas com os escolares, destacamos algumas possibilidades e desafios com o intuito de contribuir para o aprimoramento e melhor desenvolvimento das atividades com esse grupo.

5.1.6.1 Potencialidades

- Valorização da alimentação

Dentre os diversos espaços de atuação do nutricionista encontram-se as Unidades de Alimentação e Nutrição (UAN's) e a Alimentação Escolar. O espaço onde o trabalho foi realizado reúne esses dois campos da área da nutrição, o que foi de grande valia, pois poucas escolas da rede privada de João Pessoa – PB contam em seu currículo com a inserção da Alimentação Escolar ainda mais com aulas de Educação Alimentar e Nutricional (EAN). Considero essa uma das maiores potencialidades, pois a dimensão da alimentação e as temáticas relacionadas a ela são valorizadas pela gestão escolar.

- Autonomia na realização das atividades

A EICV oportunizou que eu pudesse escolher a forma como queria desenvolver a atividade. Nesse sentido, pude planejar a atividade associando algo que para mim é um *hobby* (a música), a paixão pelo público infantil, e pensar na abordagem pedagógica utilizada.

Considerando que a escola tem o objetivo de preparar sujeitos que pensem e que ajam com ética e responsabilidade, se faz necessário que todos os envolvidos tenham a oportunidade de expressar suas opiniões e sejam respeitados. Todos têm a contribuir com a educação, ninguém é detentor da verdade ou do saber. É através de situações democráticas e dialógicas, onde realmente se escuta o outro, em que a empatia exista e permita colocar-se no lugar dos outros que serão construídos vínculos que prevalecem sobre as relações de poder: são laços de cumplicidade entre pessoas que desejam uma educação libertadora, que liberte a todos da opressão (SILVEIRA, 2013).

A possibilidade de exercitar a autonomia e proatividade nos processos aqui apresentados contribuiu para todos os envolvidos. Os escolares tiveram a oportunidade de vivenciar uma nova abordagem, que repercutiu favoravelmente no seu processo de aprendizagem. Além disso, enxergo o recurso lúdico como uma ferramenta que tende a

viabilizar relações mais horizontalizadas, onde a criança enxerga o educador em um lugar mais próximo dela, estando mais sensível a perceber as suas necessidades.

- Estratégia pedagógica adequada à infância

De fato, é pertinente abordar os temas em saúde sob a ótica da ludicidade para as crianças, uma vez que estas atividades constituem-se de uma rica fonte de estímulo para o desenvolvimento infantil, para o surgimento das interações sociais e para a descoberta das habilidades e potencialidades (CORDAZZO et al., 2010).

Acredita-se que através desta metodologia a aprendizagem com este tema se dê de forma significativa, pois de acordo com Frangiosi e Rosini (2011), por meio do brincar, a criança movimenta-se em busca de parceria e na exploração de objetos, comunica-se com seus pares, expressam-se pelas múltiplas linguagens, descobre regras e toma decisões. Segundo Leite et al. (2011), ao utilizar meios lúdicos, o professor dispõe da possibilidade de instigar o pensamento e enriquecer ambientes com vistas ao desenvolvimento integral da criança, podendo facilitar também expressões de emoções, o que é igualmente importante na aprendizagem e na busca de novos conhecimentos.

Essa estratégia de abordagem é muito peculiar e sensível à criança, de modo que ela se sente mais segura e convidativa para percorrer os caminhos do lúdico. Assim, o aprendizado torna-se mais prazeroso e eficaz. E isso foi percebido no decorrer das atividades, visto que eles interagem, participavam, perguntavam, batiam palmas, e posteriormente ainda se lembrava dos momentos vivenciados.

Acredito que esse tipo de abordagem, foi uma das grandes potencialidades. Acho interessante, que se estenda para outras disciplinas. Considerando que a alimentação pode ser um objeto para discussão em diversas disciplinas, e o lúdico pode fazer essa ponte de maneira divertida e agradável.

- A valorização da infância para a EAN

Uma grande potencialidade de se priorizar os processos de EAN nas fases escolares iniciais é o fato de as crianças estarem no início da formação dos seus hábitos alimentares. E nessa fase é muito importante, que se tenha uma grande variedade na oferta dos alimentos como também estímulo.

O entendimento dos fatores determinantes para a formação desses hábitos possibilita a elaboração de processos educativos, que são efetivos para mudanças no padrão alimentar das

crianças (RAMOS & STEIN, 2000). Tais mudanças irão contribuir no comportamento alimentar na vida adulta (BISSOLI & LANZILLOTTI, 1997).

A rejeição inicial ao alimento muitas vezes é erroneamente interpretada como uma aversão permanente ao mesmo, e este acaba sendo excluído da dieta da criança (GIULIANI & VICTORA, 2000). Alguns estudos mostram que quanto mais cedo for à experiência de introdução dos alimentos menor será a neofobia (rejeição por novos alimentos) por alimentos (BIRCH, 1999a).

- **Melhora do consumo de frutas**

A realização das atividades de EAN, sempre era um estímulo para as crianças se alimentarem melhor. Os que se alimentavam bem eram parabenizados por isso e incentivados a comer ainda melhor; os que não se alimentavam eram provocados a experimentar novos sabores, tocar, sentir o cheiro do alimento, dizer qual o sabor que aquele alimento tem; que são técnicas de estímulo á criança.

O que percebi ao analisar os registros de consumo⁶ posteriormente às atividades de EAN, é que as crianças se sentiam mais motivadas a consumir as frutas. Após assistirem ao teatro de fantoches, por exemplo, onde as frutas dialogam sobre sua insatisfação de ficarem esquecidas na geladeira; e que são ricas em vitaminas e minerais, ao contrário dos alimentos “porcarias”; que o corpo fica forte e saudável; além do mais, as crianças veem que os amigos que comem fruta ganharam prêmio. Tudo isso, desperta na criança a vontade de provar, de se permitir ao novo, e assim consumir frutas.

- **Infraestrutura adequada**

O fato de a escola possuir um auditório, destinado a momentos mais direcionados e específicos dos alunos é um ponto muito positivo. Considerando que esse ambiente é constituído de equipamentos de som e imagem, cadeiras e um espaço amplo, além de ser isolado das salas, mesmo sendo no mesmo prédio da escola, auxilia no entendimento e concentração dos alunos e facilita a logística.

⁶ O registro do consumo alimentar das crianças é realizado diariamente. A equipe de nutrição, procurar motivar as crianças a comerem frutas e verduras, e também anota o seu consumo durante o dia e envia, via e-mail, para o seu responsável. Dessa forma, há um *feedback* aos responsáveis que fazem a adesão dos seus filhos no restaurante.

5.1.6.2 Desafios

- Credibilidade do lúdico como instrumento pedagógico

Considerando que o lúdico é sempre visto como algo ligado a momentos de relaxamento, descontração e lazer e o aprender/ensinar, um processo mais sério, que exige foco e atenção, muitas vezes é desafiador entender e apostar que o aprendizado de novos saberes por meio de recursos lúdicos possa gerar resultados efetivos. Pudemos perceber tal receio por parte de alguns membros da equipe pedagógica, que por estarem acostumados com abordagens pedagógicas mais convencionais, algumas vezes apresentaram certa resistência e estranhamento ao emprego da ludicidade nas atividades.

Contudo essa dificuldade foi contornada à medida que as atividades aconteciam, e as crianças mudavam os hábitos, como também falavam das atividades e dos momentos vivenciados nas aulas de EAN. Gerando a ampliação do espaço e da credibilidade desse tipo de recurso. Além disso, o fato de se conceber a inserção desse referencial para acrescentar e não para substituir as abordagens já instituídas, também colaborou para a sua aceitação.

- Desenvolver atividades com linguagem de fácil compreensão

Algumas vezes percebia-me deparei com dificuldades para organizar as palavras de modo que a linguagem se tornasse de fácil compreensão, e também não ficasse repetitiva.

Importava o uso das palavras corretas e com sentido, dentro do contexto abordado e da rima, no caso das músicas. Mas esse desafio era facilmente solucionado, pois quando parava para pensar um pouco e pesquisar, acabava conseguindo organizar as ideias de maneira simples e adaptada ao público infantil.

- Planejar algo atrativo e inovador para as crianças

Realizar a primeira atividade foi tranquilo. Era uma novidade, eles iriam ser surpreendidos, pois ainda não tinha tantas expectativas do que viria pela frente no âmbito das atividades de EAN. Porém, para elaborar a segunda atividade tive um pouco mais de preocupação, pois agora eles já tinham um parâmetro. E isso iria se repetir a cada nova atividade, pois eles poderiam comparar com a anterior. Sendo assim, precisava ser empolgante e surpreendente a cada aula.

Abordei as temáticas de formas diferentes uma das outras, o que fez com que estimulasse a curiosidade deles sobre o que estava por vir. Assim como, mantinham-se sempre empolgados e interagiam durante as aulas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho contribuiu para evidenciar o uso da ludicidade como estratégia pedagógica nos espaços de EAN e incentivador à formação de hábitos alimentares saudáveis no âmbito escolar.

Essa experiência permitiu o contato mais próximo com diversas crianças, que tinham em comum os primeiros passos da construção de práticas alimentares. Sendo assim, estar convivendo com elas, era como apresentar novidades constantemente, compartilhando as caretas ao provar um alimento azedo; ao sentir vontade de experimentar quando o amigo comia tal fruta; ao ficar encantado com alguma atividade de EAN, e prometer comer frutas no próximo lanche. E essa novidade cotidiana, foi alimentando a alma e nutrindo essa experiência de deliciosos e ricos momentos.

No tocante aos indivíduos envolvidos, a inserção das atividades lúdicas como instrumento de aprendizagem contribuiu para a construção de novos hábitos, uma aproximação da sua cultura do brincar, deixando – os mais concentrados e imersos naquela atividade. Diante disso, foi possível estimular a criatividade e a curiosidade, despertando para experimentar novos alimentos e sabores.

Destaca-se ainda a importância da parceria com os pais e/ou responsáveis. Essa relação deve ser horizontal e marcada pela parceria escola, crianças e famílias. É preciso que no contexto familiar, haja uma continuidade dos hábitos inseridos na escola. Assim, esse processo torna-se mais sólido e eficaz. Afinal de contas, a criança passa grande parte do seu tempo com seus pais e familiares, de modo que são influenciadas pelos hábitos dessas pessoas.

Os estudos ainda são incipientes no que tange ao emprego das atividades lúdicas como recursos em EAN, de maneira que ressalto a importância de sistematizar essas experiências para que sejam socializadas e inspiradoras em outros grupos e contextos.

Sendo assim, esse trabalho aponta que ainda que o lúdico não esteja incluído como uma dimensão adotada de forma ampliada pode potencializar os processos de construção do conhecimento no segmento infantil. E que por meio do brincar, acontece o diálogo com a criança, em que ela se desprende de toda inibição ou medo, dispondo-se às aventuras envolvidas no conhecimento.

REFERÊNCIAS

- ARAGÃO, J. Introdução aos estudos qualitativos utilizados em pesquisas científicas. **Revista Práxis**. Ano III nº 6 – agosto 2011. Disponível em: <<http://web.unifoa.edu.br/praxis/numeros/06/59.pdf>>. Acesso em: fevereiro, 2018.
- BARBOSA, N.V.S. et al. Alimentação na escola e autonomia - desafios e possibilidades. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, v.18, n.4, pp. 937-945, 2013.
- BARBOSA, S. W. X. **Projeto Político Pedagógico como espaço discursivo na prática social na escola**. Espaço do Currículo, v. 3, n.2, p.669-672, 2011.
- “BEAUTY AND THE BEAST, starring Emma Watson”, de Jodi Guglielmi, publicado em 14 de novembro de 2016 e disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=0d92UwkCPQE> >, acesso em 22 nov. 2017. Filme.
- BERNARDON, R.; SILVA, J. R. M.; CARDOSO, G. T.; MONTEIRO, R. A.; AMORIM, N. F. A.; SCHMITZ, B. A. S.; RODRIGUES, M. L. C. F. Construção de metodologia de capacitação em alimentação e nutrição para educadores. **Revista de nutrição**, Campinas, v.22, n.3, 389-398, 2009.
- BIRCH, L. L. Development of food preferences. **Annu. Rev. Nutr.**, v.19, p.41 – 62, 1999a. Disponível em: < <http://periodicos.capes.gov.br> > Acesso em: 16 mai. 2018.
- BISSOLI, M. C.; LANZILLOTTI, H. S. Educação nutricional como forma de intervenção: avaliação de uma proposta para pré-escolares. **Rev. Nutr.**, Campinas, v.10, n.2, p.107 – 113, 1997.
- BIZZO, M.L.G.; LEDER, L. Educação nutricional nos parâmetros curriculares nacionais para o ensino fundamental. **Revista de Nutrição**, v.18, n.5, pp. 661-667, 2005.
- BOOG, M.C.F. Educação em nutrição: por que e para quê? In:_____. **Educação em nutrição: integrando experiências**. Campinas, São Paulo: Komedi, 2013, p. 21-37.
- BOOG, M. C. F. Educação nutricional como disciplina acadêmica. In Rosa Diez-Garcia & Ana Cervato- -Mancuso (Orgs.), **Mudanças alimentares e educação nutricional**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011, p. 74-82.
- BOOG, M.C.F. Educação nutricional: passado, presente, futuro. **Revista Nutrição, PUCCAMP**, Campinas vol10, n 1, p.5-19, 1997.
- BOOG, M.C.F. **O professor e a alimentação escolar: ensinando a amar a terra e o que a terra produz**. Edição 1°. Campinas, SP: Komedi, 2008.
- BRASIL. **Decreto nº 37.106 de 31 de março de 1955. Institui a Campanha de Merenda Escolar**. Diário Oficial da União, 1955.

BRASIL. **Lei 13.666 de 16 de Maio de 2018**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir o tema transversal da educação alimentar e nutricional no currículo escolar. Diário Oficial da União, 21 maio. 2018.

BRASIL. **Lei 11.947, de 16 de junho de 2009** – Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar. Disponível em: https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=getAtoPublico&sgl_tipo=LEI&num_ato=00011947&seq_ato=000&vlr_ano=2009&sgl_orgao=NI Acessado em: abril de 2018.

BRASIL. **Lei nº 8.913 de 12 de julho de 1994**. Dispõe sobre a municipalização da merenda escolar. Diário Oficial da União, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 26, de 17 de junho de 2013**. Brasília: MEC, 2013. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/fnde/legislacao/resolucoes/item/4620resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-26,-de-17-de-junho-de-2013> >. Acessado: jan. de 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Ministério da Educação. Institui as diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional. **Portaria Interministerial nº 1.010, de 8 de maio de 2006**. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 9 maio 2006. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/pri1010_08_05_2006.html>. Acesso em: 19 abr. 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas**. – Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2012.

BRASIL. **Resolução/CD/FNDE nº 38 de 16 de julho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Diário Oficial da União, 2009.

BRASIL. **Resolução CD/FNDE, n. 18, de 16 de junho de 2010**. Altera a Resolução CD/FNDE nº 36, de 13 de julho de 2009, que estabelece orientações e diretrizes para concessão e pagamento de bolsas de estudo e pesquisa no âmbito do Sistema Escola Aberta do Brasil (Programa e-Tec Brasil). Diário Oficial da União, 18 abr. 2018.

BRASIL. **Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Diário Oficial da União, 17 nov. 2017.

BRASIL. **Resolução CFN, n. 600, de 25 de fevereiro de 2018**. Altera a Resolução CFN nº 380, de 28 de Dezembro de 2005, que dispõe sobre a definição das áreas de atuação do nutricionista e suas atribuições, estabelece parâmetros numéricos de referência, por área de atuação, e dá outras providências. Diário Oficial da União, 11 maio 2018.

CARVALHO, J. L. S.; AQUINO, J. S. **Desenvolvimento de atividades lúdicas como estratégia de estímulo ao consumo de frutas e verduras para escolares**. Relatório apresentado em defesa do estágio obrigatório de Unidade de Alimentação e Nutrição (UAN) do curso de Nutrição/UFPB. João Pessoa – PB, 2017.

CARVALHO, J. L. S.; VASCONCELOS, A. C. C. P. **A (auto) reflexão sobre as práticas alimentares com graduandos de nutrição: perspectivas para uma formação crítica**. Programa Acadêmico Inserção do Monitor no Desenvolvimento de Metodologias de Ensino para o fortalecimento do Curso de Graduação em Nutrição, Centro de Ciências da Saúde, Campus I. João Pessoa - PB, 2017.

CARVALHO, M. C. V. S. Práticas e saberes na alimentação: natural, racional ou social? In: LUZ, M. T.; BARROS, N. F. **Racionalidades médicas e práticas integrativas em saúde, estudos teóricos e empíricos**. Rio de Janeiro: Cepesc, 2012. p.425-442.

CHAPEUZINHO VERMELHO, o filme. Direção de Toshiyuki Hiruma, Takashi Masunaga. Adaptação de: Capuchinho Vermelho. Japão, 1995. Filme.

CHAVES, L. G.; SANTANA, T. C. M.; GABRIEL, C. G.; VASCONCELOS, F. A. G. Reflexões sobre a atuação do nutricionista no Programa Nacional de Alimentação Escolar no Brasil. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 917-926, 2013.

CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS. **Resolução CFN nº 380, de 28 de dezembro de 2005**. Dispõe sobre a definição das áreas de atuação do nutricionista e suas atribuições, estabelece parâmetros numéricos de referência, por área de atuação, e dá outras providências. Diário Oficial da União. 10 jan 2006; Seção 1.

CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS. **Resolução CFN nº 527, de 28 de agosto de 2013**. Dispõe sobre a **Política Nacional de Fiscalização** (PNF) e sobre a estrutura, o funcionamento e as atribuições dos setores de fiscalização no âmbito do Sistema CFN/CRN e dá outras providências. Diário Oficial da União. 26 set 2013; Seção 1.

CONTENTO, I. Nutrition education: linking research, theory, and practice. Subdury, MA: **Jones and Bartlett Publisher**; 2007.

CORDAZZO, S. T. D. et al. Brincadeira em Escola de Ensino Fundamental: um estudo observacional. **Interação em Psicologia**, v. 14, n. 1, p. 43-52, 2010.

COSCRATO G, PINA J.C, MELLO, D.F. Utilização de atividades lúdicas na educação em saúde: uma revisão integrativa da literatura. **Acta Paul. Enferm.** 2010; 23(2):257-63.

COSTA, E.Q.; RIBEIRO, V. M. B; RIBEIRO, E.C.O. Programa de alimentação escolar: espaço de aprendizagem e produção de conhecimento. **Revista de Nutrição**, Campinas, v.14, n.3, p. 225-229, 2001.

CRUZ, P. J. S. C, et al. **Educação popular e nutrição social: reflexões e vivências com base em uma experiência**. Edição 1º. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014.

DALLABONA, S.R.; MENDES, S.M.S. O lúdico na educação infantil: jogar, brincar, uma forma de educar. **Revista de Divulgação Técnico-Científica ICPG**, Santa Catarina, v.1, n 4, p 107-112, jan./mar. 2004.

DAVANÇO, G. M.; TADDEI, J. A.; GAGLIANONE, C. P. Knowledge, attitudes and practices of teachers of basic cycle, exposed and non exposed to a Nutrition Education Course. **Revista de Nutrição**, v. 17, n. 2, p. 177-184, jun. 2004.

DEMINICE, R.; LAUS, M.F.; MARINS, T.M.; SILVEIRA, S.D.O.; DUTRA DE OLIVEIRA, J.E. Impacto de um programa de educação alimentar sobre conhecimentos, práticas alimentares e estado nutricional de escolares. **Alimentos e Nutrição**, p 18: 35-40, 2007.

DETRREGIACHI, C.R.P.; BRAGA, T.M.S. Projeto criança saudável, educação dez: resultados com e sem intervenção do nutricionista. **Revista de Nutrição**, p. 51-59, 2011.

DICIONÁRIO INFORMAL. **Conceito de Ludicidade**. Disponível em: < <https://www.dicionarioinformal.com.br/ludicidade> > Acesso em: 21 de abril de 2018.

FALCÃO, A. P. B.; **A Importância do brinquedo e do Ato de Brincar para o desenvolvimento psicológico de crianças de 5 a 6 anos**. Belém, 2002. p 160.

FERNANDES, P. S.; BERNARDO, C. O.; CAMPOS, R. M. M. B.; VASCONCELOS, F. A. G. Avaliação do efeito da educação nutricional na prevalência de sobrepeso/obesidade e no consumo alimentar de escolares de ensino fundamental. **Jornal de Pediatria**, Rio de Janeiro, v. 85, n. 4, p. 315-321, 2009.

FERREIRA, H. S. et al. Hipertensão, obesidade abdominal e baixa estatura: aspectos da transição nutricional em uma população favelada. **Rev. Nutr.**, Campinas, 18 (2): 209-218, mar./abr., 2005.

FNDE – **FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO**. História, 2012a. Disponível em: < <http://www.fnde.gov.br/fnde/institucional>>. Acesso em: 05 mar. 2018

FORTUNA, T. R. Formando professores na Universidade para brincar. In: SANTOS, Santa Marli P.dos (org.). **A ludicidade como ciência**. Petrópolis, Editora Vozes, 2001, p.116.

FRANGIOSI, G.; ROSINI, A. M. A importância dos jogos e brincadeiras na prática educativa: séries iniciais. **Revista Inovação Tecnológica**, v. 1, n.1, p. 59-64, 2011.

FREIRE, P.. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FROZEN: uma aventura congelante. Produção: Walt Disney animation Studios. Direção Jennifer Lee, Chris Buck. Disponível: < <https://www.youtube.com/watch?v=WkpFgqdC-4o>>, acesso em 20 maio de 2018. 102 min. Cor. 2013. Filme.

GIULIANI, E. R.; VICTORA, C. G. Artigo de Revisão: Alimentação complementar. **Jornal de Pediatria**, v.76, supl.3, p.253-262, 2000.

HOLLIDAY, O. J., 2006. Para sistematizar experiências / Oscar Jara Holliday; tradução de: Maria Viviana V. **Revista Resende**. 2. ed. Brasília: MMA, 2006. p. 128.

JURDI, A.P.S. **A ética do cuidado e do encontro: a possibilidade de construir novas formas de existência a partir de uma brinquedoteca comunitária**. Tese. São Paulo: Instituto de Psicologia USP; 2009.

JUZWIAK, C. R.; CASTRO, P.M.; A experiência da Oficina Permanente de Educação Alimentar e em Saúde (OPEAS): formação de profissionais para a promoção da alimentação saudável nas escolas. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, v.18, n.4, p. 1009-1018, 2013.

LAKATOS E. M. **Fundamentos de metodologia científica** / Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. - 5. ed. - São Paulo : Atlas 2003.

LANZILLOTTI, H.S.; MONTE, C.R.V.; COSTA, V.S.R.; COUTO, S.R.M. Aplicação de um modelo para avaliar projetos de unidades de alimentação e nutrição. **Revista Nutrição Brasil**, v. 3, n. 1, p. 11-17, 2004.

_____ **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: Brasília: MEC, 1996.

LEITE, M. L. F. T. T. et al. **Jogos digitais: uma abordagem educacional à luz da Epistemologia Genética**. Cadernos de Aplicação, v. 24, n. 1, p. 125-56, 2011.

LORO, A. R. **A importância do brincar na educação infantil**. Monografia - conclusão do curso de Educação Física, 2015.

LUCKESI, C. C. Educação, ludicidade e prevenção das neuroses futuras: uma proposta pedagógica a partir da Biossíntese. In: LUCKESI, Cipriano Carlos (org.) **Ludopedagogia – Ensaio 1: Educação e Ludicidade**. Salvador: Gepel, 2000.

MELLO, A. L.; JUNIOR, P. O. V.; SAMPAIO, L. R.; SANTOS, L. A. S.; FREITAS, M. C. S. et al. Perfil do nutricionista do programa nacional de alimentação escolar na região Nordeste do Brasil. **Revista de Nutrição**, Campinas, v.25, n. 1, p. 119-132, 2012.

MINAYO M. C. S. et al. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 2ª ed. Editora Vozes, Petrópolis, 1994.

MOREIRA C. T., MACHADO M. F. A. S., BECKER S. L. M., 2007. Educação em Saúde a gestantes utilizando a estratégia grupo. **Rev. RENE**. Fortaleza, v. 8, n. 3, p. 107-116, set./dez.2007

NOGUEIRA, R. M, et. al. **O Programa Nacional de Alimentação Escolar como uma política pública: o caso de Campinas-SP**, 2005. Dissertação. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, 2005.

NOGUEIRA-MARTINS M. C. F., BÓGUS C. M., 2004. Considerações sobre a metodologia qualitativa como recurso para o estudo das ações de humanização em saúde. **Revista Saúde e Sociedade** v.13, n.3, p.44-57, set-dez 2004.

OLIVEIRA A. A. P. **Análise documental do processo de capacitação dos multiplicadores do projeto “Nossas crianças: Janelas de oportunidades” no município de São Paulo à luz da Promoção da Saúde. 2007.** 210 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem em Saúde Coletiva) – Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

OLIVEIRA, S. I.; OLIVEIRA, K. S.; Novas perspectivas em Educação alimentar e Nutricional. **Revista de Psicologia da Universidade de São Paulo**, v.19, n. 4, p. 495-504, 2008.

PACHECO, S.S.M. O hábito alimentar enquanto um comportamento culturalmente produzido. In: FREITAS, M. C. S; FONTES, G. A.V; OLIVEIRA, N. (org). **Escritas e narrativas sobre alimentação e cultura.** Salvador: Edufba, 2008. p. 217-38.

PATRÍCIO Z. M. 1999. **Qualidade de vida do ser humano na perspectiva de novos paradigmas.** p. 19-88.

PATRÍCIO Z. M. **Ser saudável na felicidade-prazer: uma abordagem ética e estética pelo cuidado holístico-ecológico.** Série de Teses em Enfermagem. UFPel-PPG em Enfermagem/UFSC, Pelotas-Florianópolis, 1996.

PEGOLO, G. E. Estado nutricional de escolares da rede pública de ensino de Piedade, SP. **Segurança Alimentar e Nutricional**, 15(1): 76-85, 2008.

PEIXINHO, A.M. L. Políticas de Alimentação Escolar a partir da Estratégia Fome Zero. In: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Fome Zero: Uma História Brasileira.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Assessoria Fome Zero; 2010. v.2. p. 93-103.

PEREIRA, L. H. P. Ludicidade: algumas reflexões. In: PORTO, Bernadete de Souza (org.). **Ludicidade: o que é mesmo isso?** Salvador: Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Gepel, 2002, p.17.

PIAGET, J. **A formação do símbolo na criança, imitação, jogo, sonho, imagem e representação de jogo.** São Paulo: Zanhar, 1971.

PICCOLI, L.; JOHANN, R.; CORRÊA, E. N. Education on nutrition in the first grades of public schools of two towns in the west of the state of Santa Catarina. **Nutrire: Revista da Sociedade Brasileira de Alimentação e Nutrição**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 1-15, 2010.

PIMENTEL, A. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. **Cad. Pesquisa**, São Paulo, n. 114, p. 179-195, nov. 2001.

PRADO, B.G e et. al. Ações de educação alimentar e nutricional para escolares: um relato de experiência. **Revista: Demetra: Alimentação, Nutrição e Saúde**, 2010.

- PROENÇA, R.P.C.; HERING, B.; SOUSA, A. A.; VEIROS, M. B. Qualidade nutricional e sensorial na produção de refeições. **Revista Nutrição em Pauta**, Campinas, v. 13, n. 75, p.4-16, nov./dez. 2005.
- QUEIROZ et al., Observação participante na pesquisa qualitativa: conceitos e aplicações na área da saúde. **Revista de Enfermagem da UERJ**, Rio de Janeiro, p. 276-283, 2007.
- RAMOS, M.; STEIN, L. M. Desenvolvimento do comportamento alimentar infantil. **Jornal de Pediatria**, v. 76, supl.3, p.229 – 237. 2000.
- RAIMUNDO, Helder F. Como fazer análise documental. In: RAIMUNDO, Helder. **...Socializar por aí...** Portugal, out. 2006. Disponível em: <<http://educaic.blogspot.com.br/2006/10/como-fazer-anlise-documental.html>>. Acesso em: 10 mar. 2018.
- SANTIN, Silvino. **Educação física: da opressão do rendimento à alegria do lúdico**. Porto Alegre: Edições EST/ESEF – UFRGS, 1994.
- SANTOS, L. A. S. O fazer educação alimentar e nutricional: algumas contribuições para reflexão. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, n. 2, p. 453-462, 2012.
- SANTOS, L.A.S. et al. Formação de coordenadores pedagógicos em alimentação escolar: um relato de experiência. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, v.18, n.4, p. 993-1000, 2013.
- SANTOS, L.A.S. Educação alimentar e nutricional no contexto promoção de praticas alimentares saudáveis. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 18, n. 5, p. 681- 691, 2005.
- SANTOS, S. M. P; CRUZ, D.R.M. **Brinquedo e infância: um guia para pais e educadores em creche**. 10. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2010.
- SCARPARO, A. L. S.; OLIVEIRA, V. R.; BITTENCOURT, J. M. V.; RUIZ, E. N. F.; FERNANDES, F. P.; ZYS, J. Z.; MOULIN, C. C. Formação para nutricionista que atuam no Programa Nacional de Alimentação Escolar: uma avaliação da efetividade. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n.4, p.1001- 1008, 2013.
- SILVEIRA, N. P. As Relações de Poder e Opressão na Escola Pública: Uma Análise das Reproduções Deste Conflito a Partir Das Obras De Paulo Freire. In: **VIII Colóquio Internacional Paulo Freire**. 2013.
- SOUSA, P. M. O. **Alimentação do pré – escolar e escolar e as estratégias de educação nutricional**. Monografia – Curso de especialização em qualidade em alimentos, 2006.
- TAGLIARI, Paulo Sérgio. Merenda orgânica chega nas escolas catarinenses . **Revista agropecuária catarinense**, v.15, n2, p. 30-36, jul., 2002.
- TARJA BRANCA: a revolução que faltava. Direção de Cacau Rhoden. Produção Executiva de Estela Renner, Luana Lobo e Marcos Nisti. Roteiro de Cacau Rhoden; Estela Renner; Marcos Nisti. Intérpretes: Domingos Montagner; Wandí Doratiotto; Antônio Nóbrega; José

Simão. Música: André Caccia Bava. São Paulo: Maria Farinha Filmes, 2014. 1 DVD (80 min.), son., color. Documentário.

TRANCOSO, S.C.; TOMASIAK, F.S. Estruturação de uma unidade de alimentação e nutrição. **Revista Nutrição Brasil**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 12, jan./fev. 2004.

TURATO E. R. **Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa**. Petrópolis RJ: Editora Vozes, 2003.

VEIGA, I. M. A.; RESENDE, L. M. G. **Escola: Espaço do Projeto Político Pedagógico**. São Paulo: Papyrus editora, 10. Ed. 199p. 2006.

YOKOTA, R. T. C.; VASCONCELOS, T. F.; PINHEIRO, A. R. O.; SCHMITZ, B. A. S.; COITINHO, D. C.; RODRIGUES, M. L. C. F. Projeto “a escola promovendo hábitos alimentares saudáveis”: comparação de duas estratégias de educação nutricional no Distrito Federal, Brasil. **Revista de Nutrição**, v. 23, n. 1, p. 37-47, 2010.

ZACUL, M. S.; OLIVEIRA, J. E. D. Considerações sobre ações atuais de educação alimentar e nutricional para adolescentes. **Revista Alimentos e Nutrição**, Araraquara, v. 18, n.2, p.223-227, 2007.

APÊNDICES

Apêndice A – DIÁLOGO ENTRE OS NUTRIENTES

BANANA: Olá criançada, eu me chamo BANANA. Eu e meus amiguinhos estamos aqui pra festejar com vocês a vida, a saúde, e este lindo dia. Puxa me sinto tão contente hoje....

CAJU: O que tem de lindo e contente, sua Banana Nanica?

BANANA: Ah, seu Caju, dobre a castanha antes de vir falar assim comigo! Afinal de contas, estou feliz, porque sou linda, os pássaros cantam, Deus é bom e... Mas porque você está de mau humor hoje?

CAJU: Sabe banana, a verdade é que ninguém quer me comer, dizem que sou azedo e deixo pelinhos na garganta... As crianças não querem me comer, elas preferem um tal doce de cajuzinho que é uma imitação minha, ah, ah, ah, ah!

BANANA: Calma, calma caju não se preocupe! Quando você veio do seu pai caju, eu já conhecia sua mãe castanha. Sabe não se importe, você é original, não ligue para esses doces ou sucos que querem te imitar, eles nunca serão como você, Sabe por quê? Você é rica em vitamina C e vitamina E, e outros nutrientes importantes para combater gripes, resfriados, doenças de pele. Você é uma fruta que podemos fazer sucos, doces, participar de uma salada com outras frutas, e sua castanha pode ser assada. E é uma delícia.

CAJU: Nossa eu não tinha pensado nisso, viva!! Pessoal, eu tenho muitos nutrientes para mostrar a vocês, me experimentem. Obrigada Banana por me lembrar de tudo isso. Tchau!!!

BANANA: Tchau caju!

MELANCIA: Buáááá'!

BANANA: O que houve Melancia?

MELANCIA: Buáááá' Buáááá'!

BANANA: Calma! Calma! Pare de chorar! Pessoal, vamos acalmar ela? Vamos! Digam: pare de chorar melancia!

MELANCIA: Ta bem! Eu vou parar porque vocês pediram!

BANANA: Então diga por que você está chorando?

MELANCIA: Ninguém me quer, as famílias me deixam apodrecer na geladeira, ninguém me come e as crianças me trocam por balas, chicletes, salgadinhos cheios de gordura. Dizem que só tenho água e implicam com minhas sementes. Oh que vida cruel, sai da horta para sofrer!

BANANA: Mais um! Calma melancia! Não diga isso, você é muito saborosa, no verão quando você está geladinha é uma delícia comer um pedaço, você é suculenta. Aqui as crianças estão com água na boca, não é criançaçada? Além de ser saborosa, você é rica em água e muitos nutrientes que protegem o corpo contra doenças. E tem mais, você na salada de fruta dá um toque especial; com sua casca se faz um doce delicioso, sem falar no suco.

MELANCIA: Ah, estou tão feliz Banana! Dá-me um abraço! Você é demais! Viva! Eu sou a melancia mais saborosa do Brasil. Crianças estou esperando uma mordidinha hein?! Quando eu vier no lanchinho ou estiver na casa de vocês não me deixem, me devorem. Tchau...

Enquanto isso aparece a Laranja e o Abacaxi...

BANANA: Essa melancia... Olá Laranja! Olá Abacaxi! Vocês por aqui, tudo bem?

LARANJA: Olá, tudo bem? Estou esperando alguém me usar, não sei se vou virar suco ou se vou parar na salada de fruta. Sabe banana, eu tenho ficado muito tempo na fruteira, pois a criançaçada está preferindo refrigerantes e biscoitos recheados.

ABACAXI: Ah! Mas nem me fale que eu estou muito irritado com isso. Abaixo esses alimentos porcarias, que só fazem mal as crianças!

BANANA: É verdade. Abaixo esses alimentos que engordam e não tem nutrientes para proteger o organismo.

ABACAXI: Pois é! Tem que comer um abacaxi assim como eu, bem gostosinho, bem suculento, rico em vitaminas e minerais, sou gostoso na salada de frutas, no suco, no doce, na salada de alface....

LARANJA: Ah, convencido! Eu também sou muito gostosa e suculenta, tenho muitas fibras que vão ajudar a fazer coco direitinho. Além do mais tenho mais vitamina C do que você....

BANANA: Calma, calma pessoal! Não vamos brigar! Olhem as crianças. Vocês são deliciosas e muito nutritivas, não é criançaçada?

ABACAXI: Foi mal, me desculpem.

LARANJA: É criançada... o que não tem vitaminas e fibras são os refrigerantes , biscoitos...

ABACAXI: Ah, banana! Você também é muito saborosa! Além de ser rica em potássio, você está em todas. Os atletas te adoram, e aposto que as crianças também. Não é pessoal?

BANANA: Obrigada pessoal!! Por falar nisso, nós viemos aqui, para premiar os que mais comeram frutinhas.

ABACAXI: Durante a semana, a tia coloca na agenda de vocês esses sinais que mostra quem comeu as frutas. Quem recebe mais sinais verde, é porque comeu frutas todos os dias.

LARANJA: Já quem recebe o amarelo é porque comeu fruta so alguns dias. E quem recebe o Vermelho é porque não comeu frutinha nenhum dia.

BANANA: As crianças que receberam mais sinaizinhos verde vão receber um prêmio. Mas....os outros não precisam ficar tristes.

ABACAXI: É só vocês comerem mais frutinhas, que depois vão receber prêmio.

LARANJA: INFANTIL II ...



Fantoches das frutinhas: Diálogo dos nutrientes – Fonte própria



Entrega das capas e certificados do 1º Super -Herói Saudável – Fonte própria

Apêndice B – MÚSICA DO TCHUTCHUÊ

Tchutchuê Tchutchuê é a dança do vegetal

Tchutchuê Tchutchuê é uma dança sem igual

Vamos comer cenoura (comer cenoura)

Comer tomate (comer tomate)

Comer jerimum (comer jerimum)

Tchutchuê Tchutchuê é a dança do vegetal

Tchutchuê Tchutchuê é uma dança sem igual

Vamos comer chuchu (comer chuchu)

Todos os vegetais (vegetais)

E ficar nem fortinho (fortinho)

Por hoje é só!!



Degustação dos Vegetais – Fonte própria



Montagem dos pratinhos de degustação – Fonte própria



Degustação dos Vegetais – Fonte própria

Apêndice C - MÚSICA CHAPEUZINHO VERMELHO

Pela estrada a fora eu vou bem sozinha
Levar essas frutas para as criancinhas
A maçã é boa, tem muitos nutrientes
Também vou levando mamão, pera e melancia

Pela estrada a fora eu vou bem sozinha
Levar essas frutas para as criancinhas
Comer frutinha é bom e ajuda a crescer
Faz ficar saudável pra não adoecer



Piquenique e entrega do 2º Super Herói - Saudável – Fonte própria



Super Heróis Saudáveis – Infantil III Tarde

Apêndice D - PARÓDIA DA BELA E A FERA – BON JOUR DAS FRUTINHAS

Tudo é igual
Nesta minha escola
Sempre está na mesma paz
De manhã, tia Rose traz o lanchinho abre a porta e diz;

Bon Jour (4x)

Vem a caixinha com as frutinhas
Com leite e suco para ofertar
Tudo aqui é sempre assim
Desde o dia em que eu vim
Para escola...

Vou ser um herói
Se comer frutinha
Para crescer e ficar fortinho

Desse jeito eu não vou
Ficar doentinho
Serei uma criança com saúde e fortinho

Apêndice E - **PARÓDIA DE VOCÊ QUER BRINCAR NA NEVE – FROZEN**

Você quer comer frutinha?

Pode ser uma maçã

Você precisa ser fortinho

Ser saudável

Para poder crescer....

Nós somos suas amigas, de coração

Comemos frutinha também

Você quer ser um herói?

Basta comer umas uvinhas

Mas pode ser uma laranjinha

Ou então uma banana

Bye!



Mesa organizada para a premiação dos Super Heróis Saudáveis – Certificados e capas expostos



Lanche dos Super Heróis Saudáveis após receberem seus prêmios – Fonte Própria



Lanche dos Super Heróis Saudáveis após receberem seus prêmios (2) – Fonte Própria